

CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL — UNIBRASIL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ANTONIO CARLOS GONÇALVES FILHO

**HERANÇAS DO PASSADO: DIREITO E TRANSIÇÃO NA BATALHA DO
CENTRO CÍVICO DE 2015**

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

ANTONIO CARLOS GONÇALVES FILHO

HERANÇAS DO PASSADO: DIREITO E TRANSIÇÃO NA BATALHA DO CENTRO CÍVICO DE 2015

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Direitos Fundamentais e Democracia do Programa de Mestrado do Centro Universitário Autônomo do Brasil — UniBrasil, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dra. Laura Jane Ribeiro Garbini Both

Componentes: Prof. Dr. Eduardo Biacchi Gomes

Prof.^a Dra. Nadia Maria Guariza

Curitiba, 09 de março de 2018

ANTONIO CARLOS GONÇALVES FILHO

**HERANÇAS DO PASSADO: DIREITO E TRANSIÇÃO NA BATALHA DO
CENTRO CÍVICO DE 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado) em Direitos Fundamentais e Democracia, Centro Universitário Autônomo do Brasil — UniBrasil, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientadora: Prof.^a Dra. Laura Jane Ribeiro Garbini Both

CURITIBA

2018

As minhas avós, Leonor
Siqueira Acosta e
Leopoldina Gouvêa
Gonçalves. Das quais
nunca vou me esquecer.
Obrigado por terem sido
uma parte tão grande na
minha vida...

AGRADECIMENTOS

É difícil saber por onde começar a agradecer, uma vez que este trabalho só foi possível devido ao apoio e colaboração de diversas pessoas maravilhosas. Em primeiro lugar, agradeço a **Deus**, o Criador. Agradeço às pessoas mais importantes, sem dúvida minha família, **Zenilde Aparecida Acosta**, minha mãe, que sempre acreditou em mim e me incentivou a correr atrás dos meus sonhos, e meu pai, **Antonio Carlos Gonçalves**, que sempre me deu suporte no direcionamento da minha pesquisa, bem como me dando inúmeras oportunidades para desempenhar meu potencial como acadêmico e profissional. Sou imensamente grato também a minha irmã, **Camila Siqueira Gouvêa Acosta Gonçalves**, que tem um conhecimento enciclopédico quanto à formação, pesquisa e apresentação acadêmica, estando sempre disposta a me ajudar na estrutura do meu trabalho.

Também sou imensamente grato a minha namorada, **Deborah Maria Zanchi**, que conheci no mestrado e é minha companheira para todos os momentos, sempre estando perto nos meus momentos de dificuldade e sempre comemorando junto comigo minhas, e nossas, conquistas. Também sou grato a todos os meus amigos de longa data, **Eduardo Aluísio de Gang Fabro**, **Hely Christian Branco**, **Victor Bregola**, **Caio Silveira**, **Ana Paula Teixeira** e **Rosana Moro**. Pessoas que estão do meu lado, a maioria deles há quase duas décadas, sendo eternos parceiros na estrada randômica e imprevisível que é a vida.

No meio acadêmico, agradeço ao **UniBrasil**, que me acolheu, no mestrado, com tanto respeito e dignidade. Sou grato a minha orientadora, a professora e doutora **Laura Jane Ribeiro Garbini Both**, uma das melhores pessoas que já conheci na minha vida e que, com sua excelente orientação (e praticamente infinita paciência), me deu todo o apoio que precisava não apenas na escrita dessa dissertação, como também na minha trajetória no mestrado. Também sou grato à professora e doutora **Rosalice Fidalgo Pinheiro**, que acompanhou meu desenvolvimento acadêmico desde minha graduação em Direito, pelo **UniCuritiba**. Sem seu incentivo, não teria conseguido focar minha pesquisa da maneira apresentada nesse trabalho,

muito menos teria me sentido à vontade para explorar meus limites dentro da academia.

Igualmente, agradeço ao meu mestre, **Antonio Divonzir**, bem como a todos os meus colegas e amigos do estilo de karatê Jun-Wa. Eles me ensinaram a testar meus limites, e desafiar minhas certezas, além de terem me ajudado a desenvolver a disciplina e a atenção necessárias para seguir em frente com meu mestrado.

Por tudo isso, sou eternamente grato.

Building the future and keeping the past alive are one and the same thing¹.
Hideo Kojima

¹ Construir o futuro e manter o passado vivo são uma mesma coisa.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de analisar a influência das narrativas autoritárias que teriam permanecido no Brasil depois do fim do regime militar, usando o conflito ocorrido no Paraná, em Curitiba, em 29 de abril de 2015, conhecido como “a batalha do centro cívico”, como exemplo da possível influência que essas narrativas ainda têm sobre a realidade brasileira. Para alcançar esse objetivo será feito, em primeiro momento, uma reflexão sobre a ditadura militar, analisando como os generais teriam chegado ao poder no período de 1964 até 1985. Mas serão analisadas, principalmente, as condições que levaram a abertura democrática e como essa abertura se realizou. Em seguida, será feito um estudo quanto ao confronto entre policiais e civis que ocorreu em 29 de abril de 2015, analisando como os atos de violência ocorreram e, principalmente, quais foram suas consequências para os envolvidos em ambos os lados do conflito. Por fim, será feita uma reflexão quanto à influência de narrativas na construção da memória cultural e política de uma sociedade. Tentará se compreender de que forma a memória criada após a abertura democrática pode influenciar não apenas atos de violência do estado, mas a própria maneira como se formou, e se sustenta, a democracia no Brasil.

Palavras-chave: democracia, narrativas, memória, ditadura militar, Batalha do Centro Cívico, confronto civil.

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze the influence of authoritarian narratives that would have remained in Brazil after the end of the military regime, using the conflict that occurred in Paraná, in Curitiba, on April 29, 2015, known as "the battle of the civic center" as an example of possible influence that these narrations still have on the Brazilian reality. In order to reach this objective, a reflection on the military dictatorship will first be made, analyzing how the generals would have come to power in the period from 1964 to 1985. But it will be especially analyzed the conditions that led to democratic openness and how this opening took place. Then, a study will be made on the confrontation between police and civilians that occurred on April 29, 2015, analyzing how the acts of violence occurred and, mainly, what their consequences were for those involved on both sides of the conflict. Finally, a reflection will be made on the influence of narratives in the construction of the cultural and political memory of a society. It will try to understand how the memory created after democratic opening can influence not only acts of violence of the state, but the very way in which democracy was formed and sustained in Brazil.

Keywords: democracy, narratives, memory, military dictatorship, Battle of the Civic Center, civil confrontation.

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	11
1 DO REGIME MILITAR E DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO: RESPONSABILIZAÇÃO, MEMÓRIA E ANISTIA	14
1.1 REGIME OU DITADURA MILITAR?	14
1.2 DO CENÁRIO POLÍTICO NO PROCESSO DE ABERTURA DEMOCRÁTICA, CONFLITOS INTERNOS E PRESSÕES EXTERNAS	23
1.3 DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO E ANISTIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA	34
2 DA BATALHA DO CENTRO CÍVICO DE 2015	49
2.1 A BATALHA DO CENTRO CÍVICO E AS TENSÕES ANTAGÔNICAS ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE	49
2.2 DO CONFRONTO DIRETO ENTRE A POLÍCIA MILITAR E OS CIVIS PRESENTES NAS MANIFESTAÇÕES DE 29 DE ABRIL DE 2015	57
2.3 DAS REPERCUSSÕES DO CONFLITO E DA RESPOSTA DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO ÀS DEMANDAS POPULARES	74
3 DA CONSTRUÇÃO NARRATIVA INERENTE AO CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DA BATALHA DO CENTRO CÍVICO	78
3.1 A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS E SUAS INFLUÊNCIAS NO CENÁRIO SOCIAL E CULTURAL	78
3.2 DOS EFEITOS DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS DENTRO DO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103

INTRODUÇÃO

Em 29 de abril de 2015 houve um conflito entre servidores públicos do estado do Paraná e a polícia militar em frente e nas imediações da assembleia legislativa². O evento deixou diversos feridos e foi marcante a ponto de ser frequentemente recordado pelos servidores públicos e simpatizantes dos que foram feridos, durante o conflito, e essa busca pela preservação da memória se mantém no tempo, nos meses³ e anos⁴ que sucederam ao evento. Não se tratou da primeira vez que o governo do Paraná teria reagido de forma violenta às demandas feitas pelos seus servidores, assim é possível se recordar, por exemplo, do conflito entre professores e a polícia militar que ocorreu em 30 de agosto de 1988, inclusive, no mesmo *local* que teria ocorrido um embate semelhante, 27 anos depois⁵.

Atos de violência e autoritarismo tais como a “batalha do centro cívico” parece demonstrar uma perigosa tendência não apenas no governo do Paraná, mas também do estado brasileiro, como um todo. O conflito de 29 de abril de 2015 se afigura como um microcosmo perturbador no que diz respeito à relação entre a sociedade brasileira e os representantes da autoridade do estado. Quando se analisam os excessos que podem ser associados às ações do governo do Paraná durante o evento (como o uso desmedido da força, ações autoritárias, imposição de políticas potencialmente danosas para a sociedade), dentro de contexto histórico brasileiro, torna-se possível argumentar que seria simplesmente *mais uma* instância em que teriam havido violações a direitos fundamentais no âmbito do regime democrático brasileiro. Outros eventos similares ocorreram com uma frequência perturbadora durante o período democrático. Dos conflitos, seria possível destacar como o já ataque

² CARAZZAI, Estelita Hass; COISSI, Juliana. **Confronto entre PM e manifestantes deixa ao menos 170 feridos no Paraná.** 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1622662-pm-do-parana-usa-balas-de-borracha-e-gas-contra-invasao-de-assembleia.shtml>>.

³ BARAN, Katna. **Caminhada lembra os 4 meses da Batalha do Centro Cívico.** 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/caminhada-lembra-os-4-meses-da-batalha-do-centro-civico-d93o2mozkr89ovcrd4q8iedrv>>.

⁴ AZEVEDO, Francielly. **29 de abril: “Batalha do Centro Cívico” completa dois anos.** 2017. Disponível em: <<http://paranaportal.uol.com.br/cidades/29-de-abril-dois-anos/>>.

⁵ **G1 PR. Professores do Paraná se reúnem para lembrar 30 de agosto de 1988.** 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/professores-do-parana-se-reunem-para-lembrar-30-de-agosto-de-1988.ghtml>>.

a manifestantes ocorrido em 1988, o conflito entre a polícia e manifestantes contrários às reformas trabalhistas e previdenciárias, imaginadas pelo presidente Michel Temer (que teriam deixado cerca de 49 feridos e 8 detidos)⁶.

Seriam esses confrontos entre manifestantes e o aparelho repressivo do estado a expressão de tensões mais complexas entre a sociedade brasileira e seus governantes? Haveria nas entrelinhas do *show* de horrores causado pelas bombas de efeito moral e balas de borracha uma realidade mais profunda do que simplesmente atos isolados de alguns políticos? A proposta da dissertação é exatamente analisar se as ações autoritárias tomadas por governantes brasileiros no decorrer do regime democrático, estabelecido com o fim do regime militar, seriam o resultado da presença de narrativas autoritárias que se internalizaram no meio político nacional. Para alcançar tal objetivo, será necessário entender o contexto no qual a abertura democrática ocorreu no Brasil, bem como o regime político que a antecedeu.

Ou seja, é essencial uma compreensão quanto ao governo militar, as motivações por detrás da ascensão política dos militares, e, principalmente, quais foram as condições que fundamentaram a abertura democrática. A forma como a transição ocorreu no Brasil, como a democracia se estabeleceu a modo de regime político, parece dizer muito quanto à influência que o período militar ainda possui dentro do contexto democrático. O objetivo, portanto, é analisar a transição democrática e verificar se há como dizer que a memória deixada pelo governo autoritário dos militares ainda pode ser vista como um fator de grande influência na política e na sociedade brasileiras.

Nesse sentido, a “batalha do centro cívico” é o pano de fundo por meio do qual será realizada essa análise. Por intermédio desse exemplo de ação autoritária pelos representantes do estado democrático, tenta-se analisar as influências que o passado autoritário teria deixado no regime político que o sucedeu. Será analisado em maiores detalhes como foi gerado esse conflito, quais foram as demandas dos manifestantes, quais foram as consequências que esse evento trouxe para seus envolvidos, são todos temas que serão devidamente desenvolvidos, justamente para demonstrar até que ponto o

⁶ VETTORAZZO, Lucas; BOLDRINI, Angela; et alli. **Protesto em Brasília termina com 49 feridos, 8 detidos e Exército nas ruas. 2017.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1887139-protesto-em-brasilia-termina-com-49-feridos-7-detidos-e-exercito-nas-ruas.shtml>>.

confronto pode ser compreendido como uma ação organizada do estado para agir de forma contrária aos interesses da sociedade que representa.

Observando tanto a sociedade democrática que surgiu do período militar e a batalha que ocorreu em 29 de abril de 2015, será feito um exame como às narrativas que se desenvolveram no período de transição podem ter influenciado diretamente.

Quais narrativas teriam sido herdadas do governo autoritário dos generais e como essa construção da memória teria afetado a perspectiva que a sociedade e a política brasileira têm quanto ao que é o estado brasileiro, e qual seria o lugar da sociedade e da política, dentro do atual contexto democrático brasileiro? As respostas para essas perguntas podem permitir não apenas uma melhor compreensão de eventos, como a “batalha do centro cívico”, como também podem possibilitar uma ressignificação da forma como se enxerga a democracia no Brasil.

Ainda, importa esclarecer que, em regra, se adota no decorrer do texto a escrita em letras minúsculas, à exceção de nomes próprios e a referência à Constituição, isso porque a palavra, pessoa, pessoa humana, fundamento de tudo quanto há no estado, é grafada com letras minúsculas, não parece haver sentido a grafia em maiúsculas de expressões outras, tão apenas derivadas, como instituições e demais órgãos públicos, ou privados.

1 – DO REGIME MILITAR E DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO: RESPONSABILIZAÇÃO, MEMÓRIA E ANISTIA

1.1 – REGIME OU DITADURA MILITAR?

Muito já foi dito sobre o regime militar brasileiro nas décadas posteriores a sua consolidação, a 31 de março de 1964. Diversas obras foram produzidas tentando dissecar esse período histórico, desde livros e artigos até romances e filmes. De fato, evitar repetir argumentos e ideia sobre o regime militar ou mesmo dizer algo completamente original quanto ao tema é um desafio por si mesmo. No entanto, para os fins desse trabalho, refletir sobre o que foi o governo militar é fundamental, *principalmente* no que diz respeito a seu processo de transição. Não há sentido em refletir quanto à influência que um momento do passado ainda teria no presente sem antes ter alguma noção do que foi esse passado e onde nos encontramos em relação a ele.

Com essas considerações iniciais em mente, seguem algumas reflexões relevantes quanto ao governo estabelecido pelos militares no Brasil. Em primeiro lugar, como se referir a esse período? Até o momento esse texto tem se utilizado o termo “regime”, no entanto existe uma ampla bibliografia que considera mais apropriada a designação “ditadura”. Essa simples escolha de palavras já parece por si mesma definir de maneira drástica o posicionamento tomado por esse trabalho em relação a essa época. De fato, o uso dessas termologias tem um peso político e histórico tão relevante que quando o ex-presidente chileno Sebastián Piñera e seu, na época, ministro da educação, Haral Beyer, iniciaram um projeto em 2012 para trocar nos livros de história o termo “ditadura” por “regime”, houve uma mobilização política forte da oposição em resistência a essa iniciativa, que chegou a ser definida como “inaceitável”⁷.

Afinal, como definido por Norberto Bobbio e Lucio Levi, “regime” se refere simplesmente ao conjunto de instituições que regulam as relações de poder e

⁷ CARTA, Gianni. **Regime, ditadura, ou ditadura militar?** 2012. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/regime-ditadura-ou-ditadura-militar>>. Acesso em: 09/11/2017.

da prática dos valores que estimulam essas mesmas instituições⁸. São simplesmente as normas e procedimentos que garantem a repetição de determinados comportamentos, tornando possível o desenvolvimento ordenado da luta pelo poder⁹.

Ou seja, “regime” traz uma impressão de neutralidade, uma vez que pode ser apropriado para se referir a *qualquer* forma de governo, como república, democracia, monarquia e, sim, até mesmo ditadura¹⁰. Ditadura, segundo se define no *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio, traz consigo uma conotação completamente diferente, originada da Antiga Roma, onde se dizia respeito a um órgão extraordinário que era ativado em situações de emergência e dentro de limites constitucionalmente definidos¹¹.

O sentido moderno desse conceito, no entanto, difere severamente de suas origens, tendo muito mais familiaridade com o conceito de “tirania” utilizado por filósofos gregos como Platão e Aristóteles¹². Tanto o tirano grego quanto o ditador moderno chegam ao poder por meio da degradação de um modelo democrático ou de um regime político tradicional e se trata não de um monarca legítimo, mas sim do líder de uma facção política que impõe seu poder em face de outros partidos políticos por meio da força¹³.

Na ditadura moderna, o poder se concentra nas mãos de um único poder político, normalmente o executivo; o poder é imposto de maneira coercitiva; liberdades civis e políticas seriam suspensas em benefício de um grupo, ou até mesmo de um indivíduo que ascenderia politicamente em detrimento de todo o restante da sociedade e haveria uma ampla fundamentação em princípios superiores para gerar a impressão de que esse uso indiscriminado do poder seria, de fato, necessário¹⁴. Por fim, as regras de sucessão para esses regimes seriam extremamente frágeis, gerando uma grande instabilidade política em processos de transição¹⁵.

⁸ LEVI, Lucio. **Regime Político**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**, Vol. 2. Brasília: Editora UNB, Ed. 13. 2010, p. 1081.

⁹ Id., ibidem.

¹⁰ MONTEIRO, Tiago. **Ditadura ou regime?** 2016. Disponível em: <<http://historiadaditadura.com.br/destaque/ditadura-ou-regime/>> Acesso em: 08/11/2017.

¹¹ STOPPINO, Mario. **Ditadura**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**, Vol. 1. Brasília/DF: Editora UNB, Ed. 13. 2010. p. 368.

¹² Id., ibidem. p. 371.

¹³ Id., ibidem.

¹⁴ MONTEIRO, 2016. Acesso em: 09/11/2011.

¹⁵ Id., ibidem.

Com essas noções em perspectiva, passa a ser relevante observar com maiores detalhes como se procedeu e quais foram as principais características do período militar. Dito isso, o governo dos militares foi instaurado em 1964, tendo representado a vitória de uma coalizão política conservadora, a qual tinha como objetivo principal impor uma ordem social e econômica de caráter liberal por meio da força militar¹⁶. Esse período histórico brasileiro foi marcado pelo uso acentuado da violência estatal e paramilitar, a propagação de uma ideologia pseudonacionalista, o predomínio do capital bancário e financeiro, bem como uma ascensão do corporativismo¹⁷.

A fundamentação por detrás do estabelecimento desse governo foi justificada pela “necessidade” de proteger o Brasil tanto de inimigos externos (motivado pelo medo e a paranoia gerada pelo risco de uma Guerra Nuclear entre países europeus e pelos conflitos regionais entre países da América Latina, ambos sendo consequências da Guerra Fria) e, principalmente, de inimigos *internos*¹⁸. Esse último tendo sido um dos principais fundamentos por trás da adoção de medidas que contrariam a manutenção dos direitos humanos, “legitimando”, aos olhos dos militares, a adoção de um regime ditatorial e permitindo a manutenção de um estado de exceção¹⁹.

Quando se fala aqui em “influências externas” não se está fazendo referência simplesmente ao contexto político que o mundo se encontrava naquele momento da história, mas sim em ações *diretas* que o governo americano teria tomado no período. O presidente que antecedeu diretamente os militares, João Goulart, teria sido alvo de uma poderosa propaganda negativa financiada pelos presidentes dos EUA John Kennedy e Lyndon Johnson, ambos teriam recebido apoio direto do embaixador americano no Brasil naquele período, Lincoln Gordon, que teria utilizado atos políticos de Goulart como a reforma agrária e a expropriação de terras como argumentos para fortalecer a imagem do, na época, presidente como um líder de extrema esquerda, o que forneceria base para uma intervenção americana, processo

¹⁶ DEL ROIO, Marcos. **Prefácio**. In: PINHEIRO, Milton (Org.) *Ditadura: O que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, Ed. 1. 2014. p. 7.

¹⁷ Id., *ibidem*, p. 8.

¹⁸ KOZICKI, Katya; LORENZETTO, Bruno Meneses. **Entre o passado e o futuro: a não acabada transição no Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/arquivosUpload/1237064671442008211.pdf>>. Acesso em: 09/11/2017.

¹⁹ Id., *ibidem*.

que foi chamado de *Operação Brother Sam*²⁰. Anos depois, Gordon admitiu não existir nenhuma prova robusta quanto às intenções de Goulart em estabelecer uma “ditadura comunista”, apesar de, no período que precede 1964, ele ter reforçado diversas vezes o risco emergente de João Goulart se tornar um novo Fidel Castro²¹.

Após sua chegada ao poder, o governo militar passou a tomar diversas medidas para restringir liberdades individuais, baseando-se no risco iminente da “ameaça comunista”, bem como, ironicamente, na justificativa de estarem agindo “em defesa da democracia”²². Dentre as medidas que foram tomadas pelo governo militar com base nesses fundamentos, é possível destacar exemplos como o Ato Institucional n. 2 de 1965, que extinguiu todos os partidos políticos existentes na época; a Lei de Segurança Nacional de 1969, que concedeu ao Estado liberdade total para determinar que condutas seriam consideradas criminosas contra a Segurança Nacional; a “Lei Falcão” de 1976 que restringiu divulgação de candidatos por meio da mídia, além de muitas outras medidas de semelhante natureza²³.

Esse processo de ascendência de um governo militar não foi exclusivo do Brasil, tendo se repetido em vários países da América Latina durante o período, em circunstâncias bastante assemelhadas²⁴. O caso brasileiro, no entanto, possui diversas peculiaridades, vale mencionar, por exemplo, que, ao contrário de outras nações latino-americanas, como o Chile, o sistema partidário e a ordem democrática brasileira eram sistemas recentes na política brasileira, guardando em si ainda fortes elementos de autoritarismo²⁵. Como a fundamentação anticomunista do regime já demonstra, o projeto militar tinha o objetivo de consolidar um modelo de acumulação capitalista, no qual o

²⁰ **DOS SANTOS JUNIOR**, Luiz Guilherme. **Os Estados Unidos e o Golpe militar de 64 no Brasil pela ótica do documentário *O dia que durou 21 anos***, 2015. Disponível em: <https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/3612/991/1159.pdf>. Acesso em: 10/11/2017.

²¹ **GREEN**, James N.; **JONES**, Abigail. **Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964**, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000100003>. Acesso em: 10/11/2017.

²² DOS SANTOS JUNIOR, 2015. Acesso em: 10/11/2017.

²³ KOZICKI; LORENZETTO, 2014. Acesso em: 10/11/2017.

²⁴ **ACUÑA**, Carlos H.; **SMULOVITZ**, Catalina. **O Ajuste das Forças Armadas à Democracia: Sucessos, Fracassos e Ambiguidades no Cone Sul**. In: JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (ORGS.) *Construindo a Democracia: Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade na América Latina*. São Paulo/SP: Edusp – Editora Universidade de São Paulo, Ed. 1, 2006. p. 46

²⁵ Id., *ibidem*.

governo, aliado a grupos empresariais nacionais e multinacionais, favoreceria um desenvolvimento industrial que fosse baseado fortemente em exportação, ao mesmo tempo, diminuindo o fluxo de importação²⁶.

Em decorrência dos objetivos econômicos desse sistema de governo, ocorreu um processo de exclusão sistemática das pessoas, tanto política quanto econômica, o que tornou a relação entre o governo e a oposição que não estava incluída dentro do regime bipartidário mais intensa²⁷. De fato, essa exclusão econômica resultou em um contexto no qual a renda da parcela mais pobre da população brasileira caiu dramaticamente durante os 21 anos de ditadura (17% em 1960; 14,9% em 1970 e 12,6% em 1980), enquanto os grupos mais ricos tiveram um aumento exponencial em sua própria renda nesse mesmo período (39,6%; 46,7% e 50,9%, respectivamente)²⁸.

Trabalhos como o do pesquisador Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza tem disso de enorme importância no sentido estudar as influências diretas entre os programas políticos dos militares e o aumento da desigualdade social naquele mesmo período²⁹. Ferreira de Souza teria analisado que, após a desigualdade social ter caído de forma contínua entre os anos de 1942 e 1963, ela teve um aumento exponencial logo após os primeiros anos do governo militar³⁰. Essa mudança de paradigma condizia perfeitamente com as estratégias econômicas dos militares, que incluíam a redução do custo de trabalho via arrocho salarial e aumento do retorno do capital³¹.

Todas essas medidas foram em reação aos interesses das elites e minorias dominantes do país, que se sentiam ameaçados pelas propostas do presidente João Goulart, destacando-se entre elas o interesse na aprovação da Reforma Agrária³². Além disso, ainda haviam grupos como as *Ligas Camponesas*, que nasceram no Nordeste como resultado das lutas de resistência de pequenos agricultores e não proprietários no sentido de impedir

²⁶ ACUÑA, 2006. p. 47.

²⁷ Id., ibidem.

²⁸ Id., ibidem.

²⁹ **GUIARÃES**, Ligia. **Questão foi alvo de intenso debate acadêmico nos anos 70**. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4368570/questao-foi-alvo-de-intenso-debate-academico-nos-anos-70>>. Acesso em: 14/11/2017.

³⁰ Id., ibidem. Acesso em: 14/11/2017.

³¹ Id., ibidem. Acesso em: 14/11/2017.

³² **DE TOLEDO**, Caio Navarro. **1964: O Golpe contra as reformas e a democracia**. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002>. Acesso em: 14/11/2017.

sua expulsão das terras onde trabalhavam entre 1959 a 1962³³. De fato, chegou a ocorrer conflitos armados entre camponeses e proprietários de terra em decorrência do fortalecimento desses grupos³⁴. Nesse cenário, as propostas de reformas políticas feitas por João Goulart, ele próprio um latifundiário, tinham a pretensão de trazer a estabilidade ao Brasil em uma época de forte crise político-financeira³⁵.

Ora, voltando ao questionamento quanto a se seria apropriado ou não se referir a esse período político como uma “ditadura”, é interessante retornar as características necessárias para tornar essa definição apropriada. Bem, dentro da supracitada conceituação, presente no dicionário de política de Norberto Bobbio, sobre ditaduras modernas se estabelece que, entre as hipóteses em que se verifica regimes autoritários, em situações em que se faz evidente uma sociedade de grau moderado ou baixo de modernização econômico social, um governo ditatorial pode surgir como assistente do nascimento da democracia liberal ou refrear a modernização para proteger o *status quo* tradicional³⁶. Nesse sentido, o regime ditatorial teria a função de atuar dentro de uma mobilização intensa apenas na fase inicial ou nos períodos de crise, limitando radicalmente quando já consolidada a ditadura³⁷.

O regime que se estabeleceu no Brasil em 1964 surgiu, como já foi informado, de um interesse de elites tradicionais em frear os movimentos de desenvolvimento sociais que estavam se alastrando pelo país, na época. Nesse sentido, pelo menos, existe uma aproximação bastante clara entre esse período e o conceito de “ditadura”. É de se perguntar: estariam essas semelhanças presentes em outras características desse modelo de governo?

Para responder essa pergunta é necessário estudar outras dessas chamadas “características da ditadura moderna”. Dentre elas, vale mencionar a chamada contradição fundamental das ditaduras, conforme definido por Stoppino. Essa situação contraditória se caracteriza pelo fato de que uma ditadura se define pela distribuição de poder de cima para baixo³⁸. Ou seja, por definição, não é um poder que emana do povo, mas sim dos grupos políticos

³³ DE TOLEDO, 2004. Acesso em: 14/11/2017.

³⁴ Id., ibidem. Acesso em: 14/11/2017.

³⁵ Id., ibidem. Acesso em: 14/11/2017.

³⁶ STOPPINO, 2010. p. 373.

³⁷ Id., ibidem. p. 373 e 374.

³⁸ Id., ibidem. p. 374.

que teriam interesse em sustentar um regime dessa natureza, no entanto, essas ditaduras tendem a se apresentar como uma força que é legitimada pelo povo, que esses regimes representariam a vontade da população, uma “expressão legítima da vontade do povo”³⁹. O resultado aqui é uma subversão do próprio conceito de democracia, uma situação aberrante em que o ditador impõe que a população manifeste completo apoio a ideologia e a vontade do governo para que possa afirmar que a sua vontade e a vontade do povo se equivalem⁴⁰.

As diversas reformas realizadas durante o período militar foram implantadas de forma unilateral, sem amplo debate social, contando com o uso da força e da repressão policial para garantir a efetivação de medidas como a reforma do ensino do 1º e 2º Graus e a reforma universitária⁴¹. Foi por esse mesmo “método” que o governo militar conseguiu, de forma bastante efetiva, executar mudanças na área trabalhista e econômica, todas realizadas à revelia das pessoas, trazendo benefícios apenas a grandes monopólios nacionais e internacionais, bem como os dirigentes de grandes empresas estatais⁴².

Portanto, o regime militar se tratou de um sistema de governo imposto por uma elite econômica e política que tinha como objetivo frear as mudanças sociais que estariam ocorrendo no Brasil, no período diretamente anterior a 1964. Essas transformações na tapeceira social ocorreram graças a ações unilaterais do Estado. O que se pretende demonstrar com essas considerações é que, mesmo ignorando diversos aspectos que definiram esse regime de governo, mesmo deixando de lado características como a censura, a tortura e o extenso rastro de cadáveres deixados nos 21 anos de governo militar, já seria perfeitamente possível se referir a esse momento político como uma *ditadura*, com todo o peso ideológico que o uso dessa palavra remete. Ainda, o campo marxista entende que as ditaduras teriam uma natureza classista inerente, entendendo-as como sistemas políticos burgueses e contrarrevolucionários, no qual o Estado se utilizaria de seu “braço armado” para desestruturar o setor mais ativo das classes trabalhadoras por meio do uso do “terrorismo de

³⁹ STOPPINO, 2010. p. 374.

⁴⁰ Id., *ibidem*.

⁴¹ MONTEIRO, 2016. Acesso em: 20/11/2011.

⁴² Id., *ibidem*.

Estado”⁴³. Dentro dessa perspectiva, as ditaduras também teriam a função de despolitizar o restante da sociedade por meio da censura e de políticas culturais voltadas a enaltecer o governo e seus ideais⁴⁴.

Por esse caminho, também se torna relevante observar algumas das diversas estratégias tomadas pelo governo militar que buscaram exatamente criar uma narrativa de exaltação do governo ditatorial e de seus governantes. Um exemplo interessante seria o caso do general Costa e Silva, o segundo presidente durante o regime militar, cuja imagem foi construída por publicações como a Revista Realidade⁴⁵. As revistas vendiam uma imagem positiva do governante, resultando no que foi apontado posteriormente como uma “coerência discursiva”, na qual se pintava uma visão extremamente positiva, tanto do presidente, quanto do regime que o colocou no poder⁴⁶.

Esse processo ajudava a criar um imaginário de exaltação do fechamento do estado e, no caso de Costa e Silva, um engrandecimento de um dos governantes que representava os ciclos mais “duros” dentro da cúpula militar da época⁴⁷. Esse “cortejo” da imprensa com o estado autoritário dos militares pode ser visto como um exemplo de estratégias de manipulação associadas com ditaduras. A relação da imprensa com o regime militar se tornou útil para ambos os lados, no que diz respeito a imprensa, os grupos midiáticos ganharam fortalecimento por meio de troca de favores, como foi o caso da Abril e da Globo, essa última tendo recebido benefícios como a oferta de 5 milhões de dólares feita pela empresa estrangeira Time-Life em 1967, num período que a legislação brasileira teria proibido o intromissão de capital estrangeiro em empresas brasileiras de comunicação⁴⁸. O regime militar, por sua vez, recebeu um apoio das comunicações de massa, que auxiliou na redução da resistência

⁴³ MONTEIRO, 2016. Acesso em: 20/11/2016.

⁴⁴ Id., ibidem.

⁴⁵ **NASCIMENTO**, Layse Pereira Soares do. **A imprensa e a construção da memória: ditadura militar de 1964, fragmentos e razões do silêncio**. VII Encontro Nacional da História da Mídia – Unicentro, Guarapuava-PR, 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwiHxc3kjq3VAhXLHpAKHUcRBWAQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ufrgs.br%2Ffaltar%2Fenc-ontros-nacionais-1%2F8o-encontro-2011-1%2Fartigos%2FA%2520imprensa%2520e%2520a%2520construcao%2520da%2520memoria%2520ditadura%2520militar%2520de%25201964-%2520fragmentos%2520e%2520razoes%2520do%2520silenci.pdf%2Fat_download%2Ffile&usg=AFQjCNEZeE5x0cf_5v9Tbb9wXrO4IZ6C_g>. Acesso em: 22/12/2017.

⁴⁶ Id., ibidem.

⁴⁷ Id., ibidem.

⁴⁸ Id., ibidem.

popular, protegendo a posição de poder de um governo não legitimado pelo povo⁴⁹.

Com essa análise, é possível entender como apropriado se referir ao regime militar enquanto uma “ditadura”, uma vez que ele possui diversas características determinantes de um governo ditatorial. Essa reflexão se torna relevante não apenas em termos de semântica, mas também por que ao se evitar o termo *ditadura militar*, enquanto tal, se estaria tirando parte essencial na construção da memória desse evento. A palavra *ditadura*, carrega um peso muito específico, ela infere opressão, subentende violência, características que marcaram profundamente a intervenção militar no Brasil.

Recordar esse período enquanto uma ditadura é, portanto, relevante, especialmente quando se tem em mente como a transição entre a ditadura militar para a democracia foi marcada pela tentativa de suprimir as brutais violações a direitos fundamentais realizadas pelo estado durante o regime dos generais. A construção da memória, a narrativa quanto ao período da ditadura militar que se pretende construir com esse trabalho é diretamente oposta à narrativa que se tentou estabelecer quanto a esse mesmo período durante a transição. Por conta disso, é essencial levar em conta que esses estudos serão focados nas influências da *ditadura militar* que persistem no regime democrático.

⁴⁹ NASCIMENTO, 2011. Acesso em: 22/12/2017.

1.2 – DO CENÁRIO POLÍTICO NO PROCESSO DE ABERTURA DEMOCRÁTICA, CONFLITOS INTERNOS E PRESSÕES EXTERNAS

O modelo político da ditadura militar foi bastante peculiar, tendo características marcantes em relação a outros regimes autoritários que se alastraram na América Latina naquele mesmo período. Dentre eles, se destaca o fato do congresso nacional não ter sido efetivamente fechado, tendo sido adaptado para um modelo bipartidário, composto pelo partido que representava os interesses unificados das forças favoráveis ao regime (a ARENA) e a oposição, encarnada pelo MDB⁵⁰. O MDB, no entanto, tinha uma função muito ilusória naquele contexto, tendo em conta que a oposição por ele representado não era realmente capaz de se tornar maioria, tendo conseguido controlar apenas alguns poucos estados⁵¹. Essa relação curiosa entre a ditadura e o congresso prevaleceu até 1979, quando o sistema político foi reaberto para a competição multipartidária⁵². Apesar do primeiro período da ditadura não ter realizado alterações muito drásticas no cenário político que tomou, o aumento de grupos guerrilheiros, organizações estudantis e de operários (que apesar de não contar com um apoio popular expressivo, gerou um genuíno peso político) levaram os militares a desenvolver um forte aparelho repressivo, processo esse que teve início a partir do ano de 1968⁵³.

Foi no início da década de 1970 que se percebeu uma crise no sistema bipartidário quando os votos destinados ao MDB não foram capazes de exceder o número de votos em branco⁵⁴. Esse foi o princípio da crise do modelo desenvolvido pelos militares, agravado por um conjunto de fatores, dos quais se destacaram tanto o fortalecimento do MDB como um canal expressivo de oposição quanto a inflação resultante da crise do petróleo e do aumento nas importações promovidas pela expansão industrial⁵⁵. Esse contexto teria levado o governo militar a buscar uma maior autonomia nacional, procurando

⁵⁰ ACUÑA, 2006. p. 47.

⁵¹ Id., ibidem.

⁵² Id., ibidem.

⁵³ Id., ibidem. p. 47 – 48.

⁵⁴ Id., ibidem. p. 48.

⁵⁵ Id., ibidem.

mercados para a exportação brasileira⁵⁶. Nessa época, o governo aumentou a concentração de poder no executivo, assegurando o processo sobre a liberalização, empreendendo na repressão de guerrilhas, ao mesmo tempo, o aparato de segurança ampliou seu controle político sobre o governo e o exército, tendo sido particularmente severo quanto a propostas de liberalização política⁵⁷.

Essas medidas entraram em um nível assustador no período de 1974 a 1979, período de governo do general Ernesto Geisel, com grupos políticos e sindicatos de trabalhadores tendo sido afetados por medidas governamentais, aumentando dramaticamente o número de detenções e desaparecimentos⁵⁸. De fato, consta que dos 169 desaparecimentos de militantes que ocorreu no Brasil durante a ditadura, 53 aconteceram no ano de 1974, de fato, os anos posteriores foram marcados pela morte de jornalistas e sindicalistas⁵⁹. Esse número crescente surgiu em resposta a proposta de transição “lenta, gradual e certa” defendida pelo presidente Geisel naquele período, que incluiu, dentre outras medidas, na redução do poder dos aparatos repressivos, bem como na liberalização controlada e gradual para um regime democrático⁶⁰.

Esses atos foram entendidos por Geisel como ações de grupos militares “linha dura”, os quais tinham a intenção de sabotar as negociações políticas entre o governo e a oposição⁶¹. Em reação a esses atos, o presidente demitiu o general de “linha dura”, Ednardo D’Avila Mello, na tentativa de amenizar os efeitos da repressão⁶². Ações como essa corroboram com a narrativa que entende a transição para um regime democrático como um ato unilateral dos militares, na qual o mesmo grupo político responsável por restrições à liberdade que duraram 21 anos, simplesmente optou por realizar a abertura democrática por já terem cumprido seu dever para com o país.

⁵⁶ ACUÑA, 2006. p. 48.

⁵⁷ Id., ibidem.

⁵⁸ Id., ibidem.

⁵⁹ **ALMEIDA**. Dinorah Lopes Rubim. **A repressão política praticada no interior das universidades durante o governo Geisel (1974-1979) e a resistência estudantil**. Disponível em: <[http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502734469_ARQUIVO_ANPUH2017-Artigo\(DinorahRubim\).pdf](http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502734469_ARQUIVO_ANPUH2017-Artigo(DinorahRubim).pdf)>. Acesso em 22/11/2017.

⁶⁰ ACUÑA, 2006. p. 49.

⁶¹ Id., ibidem.

⁶² ALMEIDA. Acesso em 22/11/2017.

No entanto, essa perspectiva ignora as tensões crescentes entre o governo militar e a sociedade brasileira naquele período. A transição no Brasil surgiu dentro de um quadro histórico complexo, no qual os generais estavam lidando com tensões cada vez maiores com a população. Os debates quanto às possibilidades de uma abertura democrática teriam se tornado mais frequentes no país, à medida que membros da derrotada esquerda armada passaram a analisar a possibilidade da democracia representativa burguesa como uma base para ampliar direitos e a participação popular⁶³. Os sobreviventes da destruída luta armada, por mais que ainda tivessem a revolução como objetivo final, realizaram autocríticas relevantes exatamente por rever as posições que levaram à crença na esquerda armada, contemplando, assim, a questão da democracia⁶⁴. Esse processo levou à criação de um ambiente cada vez mais aberto à possibilidade de convergir a democracia liberal com a democratização fundamentada em direitos sociais e participação efetiva⁶⁵.

Foi a criação desse cenário que permitiu ao MDB iniciar uma candidatura mais contundente, tendo inclusive assumindo uma posição mais atuante quanto ao tema dos desaparecidos, aspecto do regime que era sensível não apenas para a esquerda e intelectuais de oposição, mas também até a imprensa liberal que demandavam abertamente pela luta contra os “terroristas de esquerda”⁶⁶.

De fato, os grupos que pediam um combate rigoroso contra grupos de esquerda ficavam perturbados quando a ditadura atendia esses pedidos de maneira violenta e repressiva⁶⁷. Além disso, havia uma crescente tensão entre o regime militar e a igreja católica, que estava em um processo de crescente valorização da causa dos direitos humanos, e uma de suas principais bandeiras era justamente a questão dos desaparecidos⁶⁸. Essa tensão se tornou ainda maior em 1973, com a morte de Alexandre Vannuchi Leme, estudante de geologia da USP e membro de uma família tradicional católica do

⁶³ **NAPOLITANO**, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo/SP: Editora Contexto, Ed. 1. 2014. p. 217.

⁶⁴ Id., *ibidem*.

⁶⁵ Id., *ibidem*.

⁶⁶ Id., *ibidem*. p. 217 – 218.

⁶⁷ Id., *ibidem*. p. 218.

⁶⁸ Id., *ibidem*.

interior de São Paulo, a causa da morte foi um “acidente de trabalho” dos torturadores⁶⁹. A missa em memória de Vannuchi Leme foi realizada em claro desafio ao governo, com direito a um coro da música proibida de Geraldo Vandré, *Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores*⁷⁰.

Além disso, a Ordem dos Advogados do Brasil, que teria recebido o regime militar com certo apoio, se distanciou da ditadura por conta do AI-5, tendo rejeitado os militares de forma definitiva em sua V conferência nacional de 1974, cujo tema principal era “O advogado e os direitos do homem”⁷¹.

O rompimento da OAB com a ditadura militar e a aberta rejeição da igreja católica demonstra que o governo militar se encontrava em um ambiente cada vez mais hostil, ficando em uma situação de desconfortável tensão com as demais instituições do país. A situação apenas se agravou com as derrotas eleitorais sofridas pelo regime nas eleições legislativas de 1974, na qual o MDB obteve 50% de votos para o senado (contra 37% da Arena) e 37% para a câmara (contra 40% da Arena), além disso, ainda obteve vitórias nos estados mais desenvolvidos e nas grandes cidades⁷². O resultado? A oposição constituía mais de um terço no congresso, podendo bloquear emendas constitucionais, dificultando o projeto de “Institucionalizar o regime”⁷³. O MDB passou a se tornar uma força de oposição relevante dentro do cenário político brasileiro, e os tempos, de fato, estavam mudando.

Esse conjunto de fatores aos poucos criam um cenário interessante, pois surgiu um quadro em que o estado brasileiro se tornou isolado da sociedade civil, como se o governo fosse o lar do autoritarismo e a sociedade brasileira o local onde germinava com cada vez mais força o discurso democrático, foi relevante para o desgaste histórico dos militares, apesar de, na prática, a tapeçaria social brasileira ainda era cheia de contradições e incongruências, ou seja, aquilo que sempre foi em sua história. Existe, portanto, um risco em generalizar os membros da “sociedade civil” como os grandes apoiadores da reforma democrática, pois tal visão permite que seja ignorado o apoio que diversos civis forneceram à ditadura, bem como subestima os efeitos da

⁶⁹ NAPOLITANO, 2014. p. 218.

⁷⁰ Id., ibidem.

⁷¹ Id., ibidem. p. 220.

⁷² Id., ibidem. p. 220 – 221.

⁷³ Id., ibidem. p. 221.

“cultura democrática” que se estava sendo criado pela oposição, naquele mesmo período⁷⁴.

Nesse contexto, o ministro Arnaldo Falcão elegeu o partido PCB como o grande responsável pela derrota eleitoral dos militares nas urnas, exatamente por terem sido os principais articuladores da estratégia de isolar o regime ditatorial politicamente por meio de vitórias institucionais⁷⁵. Essa visão levou a um novo ciclo de repressão, no qual diversas operações foram realizadas pelos militares com o objetivo de dizimar o PCB, um partido que nunca aderiu à luta armada e que buscou soluções institucionais para lidar com a ditadura⁷⁶. A reação dos militares foi sentida na época com atos que se enquadrariam confortavelmente na definição de “terrorismo de Estado”. Destes atos, se destacou o “estouro” da gráfica do PCB em São Paulo, que teria sido uma resposta direta à suspeita de participação dos comunistas na articulação da oposição aos militares, nas urnas⁷⁷.

A situação não melhorou muito nos anos seguintes, em setembro de 1975 passaram 142 pessoas pelos DOI de todo o país e o número de desaparecidos do ano já eram sete, os casos de tortura tinham triplicado em relação ao ano anterior⁷⁸. A caçada ao PCB levou ao cárcere mais de duzentas pessoas, levando a diversos casos de tortura e morte⁷⁹. Dos casos de brutalidade, se destaca o que aconteceu com José Montenegro de Lima, responsável pela tentativa de reconstruir o aparelho gráfico onde se voltaria a publicar o jornal oficial do PCB *Voz Operária*, Montenegro foi capturado no Bela Vista, em São Paulo, tendo sido assassinado com uma injeção de matar cavalos⁸⁰.

A perseguição prosseguiu nesse período de maneira contínua e violenta, apesar dos discursos do presidente Geisel defendendo que “Todo mundo é livre no Brasil... Só não é livre aquele que quer perturbar a ordem.”⁸¹. Com a derrota completa da luta armada, no entanto, ainda existiam muitos “perturbadores da ordem”, pelo visto, no entanto, ao invés de “terroristas de

⁷⁴ NAPOLITANO, 2014. p. 223.

⁷⁵ Id., ibidem. p. 224.

⁷⁶ Id., ibidem. p. 224.

⁷⁷ Id., ibidem. p. 224.

⁷⁸ **GASPARI, Elio. A Ditadura Encurralada.** São Paulo/SP: Companhia das Letras, Ed. 1. 2004. p. 162.

⁷⁹ Id., ibidem. p. 169.

⁸⁰ Id., ibidem.

⁸¹ Id., ibidem. p. 172.

esquerda”, o aparelho repressivo do estado se direcionou a universitários e jornalistas, certamente, a seus olhos, alvos dignos para preencher as portas de carceragem do DOI, que, naquele período, estavam no limite da sua capacidade, com aproximadamente 95 presos⁸².

Nessa sucessão de sequestros, torturas e assassinatos, se destacou a morte do jornalista de 38 anos Vlado Herzog, que, apesar de nunca ter desenvolvido nenhuma atividade clandestina e ter seus interesses muito mais voltados à cultura do que à política, era um militante do PCB, e isso foi o bastante para o tornar um inimigo do estado⁸³.

Herzog passou sete horas prisioneiro dos militares tendo sido morto durante seu cárcere, a versão oficial do ocorrido apontava a causa da morte como “suicídio”⁸⁴. No entanto, mesmo naquela época já havia a certeza de que o jornalista teria sido assassinado, suspeita que foi comprovada em 1978, quando a Justiça brasileira condenou a União pela prisão ilegal, tortura e morte de Vladimir Herzog, e, em 1996, a comissão especial dos desaparecidos políticos reconheceu oficialmente que o jornalista foi assassinado⁸⁵.

Esse evento, qual seja o martírio de Herzog, foi crucial para aumentar o cerco político em torno da repressão militar, atestando sua indignação quanto aos métodos da polícia repressiva dos militares, sua caça a pessoas com nome e endereço conhecidos, todo o pano de fundo que levou a morte de Herzog era questionado, sem necessariamente mencionar o evento, em si⁸⁶. O culto ecumênico em memória da morte de Herzog ocorreu na catedral da Sé e reuniu 8 mil pessoas, esse evento ocorreu mesmo com mais de 300 barreiras policiais montadas para impedir o acesso de pessoas ao centro⁸⁷.

A morte de Herzog aconteceu em um dos piores momentos possíveis para o governo Geisel, pois foi precisamente no período que o presidente pretendia construir pontes com a opinião pública, em que tentava quebrar a aparente barreira que separava o estado da opinião pública⁸⁸. Esses assassinatos foram compreendidos como uma manifestação da rebeldia de

⁸² GASPARI, 2004. p. 172.

⁸³ Id., ibidem. p. 174.

⁸⁴ Id., ibidem. p. 177.

⁸⁵ **Vladimir Herzog**. Disponível em: < <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/vladimir-herzog/index.html>>.

⁸⁶ GASPARI, 2004. p. 180.

⁸⁷ Id., ibidem. p. 224 – 225.

⁸⁸ Id., ibidem. p. 225.

certos grupos de “linha-dura”, visão alimentada pelo próprio presidente, no entanto não se pode esquecer que o palácio do Planalto já havia dado sinais de endurecimento desde de 1975, as mortes de membros do PCB datavam desde o início do mandato de Geisel, sob a legenda de “desaparecidos”⁸⁹.

Essa aparente contradição entre as tentativas de diálogo do governo com a população e o uso cada vez mais intenso da força policial pode ser observada como parte da estratégia dessa gestão, ao mesmo tempo abrindo espaços institucionais de forma seletiva e autorizada, sem abrandar a perseguição a manifestações sociais e grupos organizados de esquerda⁹⁰.

A narrativa que o mandato de Geisel tinha desde o princípio, o objetivo inequívoco de abertura, fez com que as violações a direitos fundamentais cometidas pelos militares durante esse período fossem reduzidas a “conspirações de porão” que agiam paralelamente ao governo⁹¹. No entanto, observando outras decisões políticas tomadas durante esse período, esses acontecimentos podem ser compreendidos de outra forma.

A repressão e o controle ainda eram características predominantes do estado brasileiro naquele período, sendo que essa realidade foi sentida, por exemplo, dentro do ambiente universitário, a espionagem interna quanto a possíveis “agitadores estudantis” foi muito bem utilizada pelo governo de Geisel, que atuou de forma acelerada em identificar, não apenas alunos, como também professores e auxiliares administrativos, para que fossem devidamente punidos pela reitoria de suas universidades caso fossem vistos como potenciais inimigos do estado⁹².

De fato, a política quanto às universidades, estimulada pelo, na época, Ministro da Educação, Ney Braga, parecia favorecer exatamente a criação de intelectuais dóceis que trouxessem desenvolvimento ao país, mas que não representassem uma ameaça aos interesses do governo⁹³.

O argumento, portanto, é que a necessidade de fechar os porões da ditadura durante o governo Geisel teria partido menos devido a um desvio das tendências autoritárias que teriam marcado a ditadura até aquele momento e

⁸⁹ NAPOLITANO, 2014.

⁹⁰ Id., *ibidem*. p. 225 – 226.

⁹¹ Id., *ibidem*. p. 226.

⁹² ALMEIDA. Acesso em 22/11/2017.

⁹³ Id., *ibidem*.

mais pelo fato de que o estado estava com dificuldades cada vez maiores em lidar com a chamada “linha-dura” que se fortalecia dentro dos porões. Mesmo com a demissão do general de “linha-dura” Ednardo D’Ávilla Mello do seu cargo de comandante da 2ª região militar (São Paulo), os grupos de “linha-dura” prosseguiram com seus atos de terrorismo de estado, com as tensões se tornando mais alarmantes, a ponto de as forças armadas darem claros sinais de divisão interna, com uma parcela desejando retroceder no processo de abertura e outra desejando voltar aos quartéis e deixar a redemocratização seguir seu curso⁹⁴. As pressões apenas aumentaram, com o general Silvío Frota, representante da “linha-dura”, então ministro do exército, mais tarde demitido pelo próprio Geisel, frustrando as intenções de Frota de se impor a Geisel e garantir lugar como seu sucessor no governo⁹⁵.

Talvez o ataque mais irônico à ditadura militar brasileira, no entanto, tenha partido de um dos principais responsáveis pela sua consolidação. Em 1975, o governo brasileiro reconheceu Angola, uma ex-colônia portuguesa de regime comunista e indicou um voto antissionista na ONU, favorecendo a organização para libertação da Palestina (OLP), ações tomadas com o objetivo de investir dentro do Brasil a fabricação e importação de armamentos para países de Terceiro Mundo⁹⁶. Essas medidas incomodaram profundamente o governo americano, que passou a denunciar publicamente o regime militar brasileiro enquanto um violador de direitos humanos, isolando ainda mais o Brasil politicamente, que na época já sofria críticas tanto de países europeus, quanto de exilados políticos, grupos católicos e pensadores marxistas⁹⁷. Diante da pressão exercida pelos EUA, o Brasil rompeu o acordo militar que tinha feito com o governo americano em 1952⁹⁸. Nesse cenário, o governo do general Geisel não havia ainda se entregado a essas pressões e, em 1976, não parecia haver grandes possibilidades de abertura democrática⁹⁹.

Diversas atitudes tomadas pelo governo Geisel tinham o exato objetivo de garantir a manutenção da soberania dos militares. Dois grandes exemplos ocorreram em resposta à derrota eleitoral de 1977, uma delas foi o fechamento

⁹⁴ NAPOLITANO, 2014. p. 226.

⁹⁵ Id., ibidem. p. 226.

⁹⁶ Id., ibidem. p. 227.

⁹⁷ Id., ibidem.

⁹⁸ Id., ibidem.

⁹⁹ Id., ibidem. p. 228.

congresso nacional¹⁰⁰. O estopim desse ato foi a decisão do congresso em rejeitar a emenda constitucional n. 7¹⁰¹. Após esse acontecimento, a ditadura decidiu impor ao país as emendas constitucionais n. 7 e 8 sem o devido debate parlamentar, utilizando-se de uma das prerrogativas do AI-5 como fundamento para fechar o poder legislativo¹⁰².

As emendas constitucionais em questão eram o chamado “Pacote de Abril”, um conjunto de regras eleitorais que ampliou as bancadas do norte e do nordeste na câmara dos deputados, garantindo a maioria parlamentar da Arena¹⁰³. Quando questionado se essas medidas não significariam um retrocesso na democratização do Brasil, o presidente Geisel forjou uma frase que parecia capturar perfeitamente o espírito dos seus anos de governo: “Nossa democracia não é igual às outras [...]. Democracia é relativa”¹⁰⁴. Não é necessário um grande esforço mental para deduzir a quem essa “relativização” da democracia procurava beneficiar.

A situação política no Brasil, no entanto, tornava cada vez mais difícil para a ditadura militar se sustentar como o modelo dominante. Todos os fatores citados até o momento foram peças que aos poucos construíram um cenário que tornava o regime militar cada vez mais insustentável. Além disso, novos fatores aos poucos se acumulavam, como o fortalecimento de manifestações estudantis (que sempre existiram, mas cujas tensões com o regime militar alcançaram ponto de ebulição nesse período) que anunciaram um novo ciclo de lutas em 5 de maio de 1977¹⁰⁵. A proliferação de grupos organizados de estudantes não foi carente de reações, com o governo brasileiro ameaçando diversas vezes responder a essas manifestações com o fechamento completo de instituições universitárias¹⁰⁶. A mídia liberal também reagiu a essas manifestações, com veículos de imprensa, como a revista *Veja*, tendo contribuído com o processo de depreciação dos movimentos estudantis, com diversas publicações condenando protestos estudantis de “conteúdo político” e

¹⁰⁰ **NASCIMENTO**, Amanda Caroliny Alves; **OLIVEIRA**, Karolyne Thracy de Souza, etc. **A ditadura militar e a censura no jornal impresso**. 9^o Encontro Nacional de História da Mídia UFOP, 2014. p. 7.

¹⁰¹ NAPOLITANO, 2014. p. 231.

¹⁰² Id., *ibidem*.

¹⁰³ NASCIMENTO, 2014. p. 7.

¹⁰⁴ NAPOLITANO, 2014. p. 231.

¹⁰⁵ Id., *ibidem*. p. 231 – 232.

¹⁰⁶ Id., *ibidem*. p. 234.

sugerindo que qualquer demanda “ousada” aos militares estaria destinada ao inevitável fracasso¹⁰⁷.

A crise universitária prosseguiu, no entanto, com eventos como a greve da UnB em Brasília, o fracasso de mais de 20 mil soldados em impedir minipasseatas de estudantes no III dia nacional da luta, sendo exemplos da crescente inquietação entre estudantes e o estado militar¹⁰⁸.

Outro momento que registrou de maneira emblemática a tensão entre o governo militar e grupos estudantis foi a invasão da polícia militar à pontifícia universidade católica de São Paulo em resposta ao fato dos acadêmicos terem realizado clandestinamente o III encontro nacional dos estudantes¹⁰⁹. O ato da polícia resultou na detenção de um total de mil estudantes, tendo 90 deles sido encaminhado ao DOPS e quatro ficando gravemente feridos, além disso, cerca de 30 salas de aula foram destruídas por policiais¹¹⁰. Esse evento mobilizou os estudantes no sentido de se apontar os limites da “abertura” proposta pelo governo Geisel, bem como dar maior transparência à questão democrática, que saiu das discussões institucionais e passou a ser tema de debate na opinião pública¹¹¹.

Mesmo que as atividades estudantis não tenham efetivamente “derrubado a ditadura”, e apesar desses grupos terem sido diversas vezes afastados de organizações de trabalhadores de esquerda por serem considerados pouco ou simplesmente barulhentos e sem conteúdo, não há como negar a importância que tiveram na abertura democrática¹¹². Seria possível dizer que a atuação de estudantes foi relevante para, no mínimo, implodir os limites da abertura que estava sendo realizada pelo governo, tanto é que seria possível apontar eventos como a promulgação da emenda constitucional n. 11, que eliminou o AI-5, previu a volta do *habeas corpus* e extinguiu tanto a pena de morte quanto a prisão perpétua como uma reação direta a essas manifestações¹¹³.

¹⁰⁷ TEZINI, Juliana Caetano Vaccari. **O Movimento Estudantil em 1977 e a atuação política da revista Veja**. In: Revista Tempos Históricos, Volume 10, 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/1231>>. Acesso em: 04/12/2017.

¹⁰⁸ NAPOLITANO, 2014. p. 234.

¹⁰⁹ Id., ibidem. p. 234 – 235.

¹¹⁰ Id., ibidem. p. 235.

¹¹¹ Id., ibidem.

¹¹² Id., ibidem.

¹¹³ Id., ibidem.

Com todos esses fatores, sociais e políticos em mente, é interessante analisar que foi apenas no final do governo Geisel a transição para um regime civil se tornou o objetivo claro do planejamento político do governo¹¹⁴. Até 1977, a noção de abertura ainda era uma promessa vaga e incerta, mas, a partir de 1978, o principal objetivo do estado era garantir a transição democrática¹¹⁵.

Essa decisão do estado, em frente a todos os fatores interno e externos citados até o momento, reforçam a noção de que a necessidade de realizar a abertura para um regime democrático teria surgido pelo fato do terreno político brasileiro ter se alterado de tal forma que a manutenção do poder autoritário da ditadura se tornou insustentável. Ou seja, fatores como a rejeição declarada de instituições como a OAB e a igreja, as crescentes tensões internas dentro do próprio governo, foram fatores determinantes por criar um ambiente cada vez mais tóxico para os militares. Além disso, a alienação do governo em relação à população e às crescentes manifestações demandando a abertura democrática contribuíram para que a criação de um ambiente em que tornou a transição democrática a opção mais viável para os representantes da ditadura. No entanto, as palavras de Ernesto Geisel seriam seguidas à risca, essa seria, de fato, uma transição lenta, gradual, mas, acima de tudo, segura. Nesse sentido, a segurança seria garantida para toda a classe de militares que dominou o Brasil durante os 21 anos de ditadura.

¹¹⁴ NAPOLITANO, 2014. p. 236.

¹¹⁵ Id., *ibidem*.

1.3 – DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO E ANISTIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Existe um forte debate quanto à relação de responsabilidade que o estado teria quanto ao regime militar, de fato essa discussão se estende muito além do caso brasileiro, estando presente em todos os países da América Latina que também foram cenários de regimes ditatoriais¹¹⁶. Entende-se hoje que os atos de violência e repressão cometidos por esses governos ditatoriais durante esses períodos geraram obrigações do estado com seu povo¹¹⁷. Tais deveres são multifacetados, podendo ser cumpridos, separadamente, o que não significa de forma alguma que deveriam ser vistos como *alternativas* uns dos outros, essas diferentes obrigações não são um menu, no qual os governos podem escolher livremente uma única solução, tratam-se de um conjunto de demandas que devem ser cumpridos dentro das melhores possibilidades daquele determinado estado¹¹⁸.

Seria um tremendo equívoco tentar limitar as informações sobre o processo de transição em países que passaram por um período histórico de ditadura, de fato esse seria um comportamento equivocado em qualquer tentativa de interpretação ou aplicação de direitos humanos, sob uma perspectiva pura e simplesmente legalista, moral ou política¹¹⁹. O reconhecimento das limitações da política para tomar medidas de responsabilização é uma posição fundamental dentro de uma visão objetiva e realista, o que não é o mesmo que considerar o abandono dos direitos humanos dentro dessa discussão, de fato se pode argumentar que um planejamento de verdade e justiça é não apenas correto, mas também politicamente desejável para se concretizar uma visão coerente de democracia¹²⁰.

É de extrema relevância, portanto, analisar o projeto de transição realizado, iniciado por Geisel e concluído por seu sucessor, o general João

¹¹⁶ **MÉNDEZ**, Juan E. **Responsabilización por los abusos del pasado**. In: REÁTEGUI, Felix (Org.) Justicia Transicional: Manual para a América Latina. Comición de Anistia del Ministerio de Brasil, Ed. 1. 2011. p. 195 – 196.

¹¹⁷ Id., ibidem.

¹¹⁸ Id., ibidem.

¹¹⁹ Id., ibidem.

¹²⁰ Id., ibidem. p. 196

Baptista Figueiredo¹²¹. O argumento é que todo o processo que restabeleceu o regime democrático no Brasil precisa ser estudado, pois reflete diretamente não apenas na eficiência dessa democracia, mas também no peso simbólico deixado pelo passado autoritário. Portanto, no que diz respeito a todo o processo de abertura democrática, é relevante ter em mente como a chamada “transição democrática” brasileira pode ser observada no sentido de ter sido, ou não, uma forma satisfatória de ter superado o modelo estabelecido pela ditadura e ter servido como ponto de partida para uma nova sociedade democrática.

Em primeiro lugar, é relevante ter em mente que os militares estavam plenamente cientes dos riscos que a abertura poderia gerar¹²². Dentre esses riscos, estava o aumento da mobilização dos sindicatos dos trabalhadores, bem como os resultados políticos adversos decorrentes do retorno do sistema multipartidário¹²³. Os militares acompanharam todo o processo de liberalização com uma forte repressão social, mantendo as leis de “segurança nacional” e a manutenção de leis eleitorais para garantir que o PDS (sucessor da ARENA) tivesse maioria no senado¹²⁴. O regime ditatorial manteve total controle sobre ele durante todo o processo de transição, tanto é que, quando explodiu a campanha para forçar eleições diretas (o “Diretas Já!”), embora a iniciativa tenha ganho votos no congresso, o partido de governo não forneceu o *quorum* suficiente para a aprovação da demanda¹²⁵. Além disso, os militares decretam estado de emergência em Brasília, Goiânia e em nove municípios do entorno da Capital do país, rodeando o congresso nacional com tanques e tropas como uma forma de coagir a votação¹²⁶.

No entanto, partiu de Figueiredo a aprovação da primeira anistia, libertando presos políticos e permitindo que políticos exilados e famosos pudessem retornar ao seu país de origem¹²⁷. A anistia abrange os militares responsáveis por violações de direitos humanos, mas não aqueles que foram presos por atividades de guerrilha ou que foram demitidos por razões políticas,

¹²¹ ALMEIDA. Acesso em 22/11/2017.

¹²² ACUÑA, 2006. p. 5.

¹²³ Id., *ibidem*.

¹²⁴ Id., *ibidem*.

¹²⁵ Id., *ibidem*.

¹²⁶ Id., *ibidem*.

¹²⁷ Id., *ibidem*.

esse ato também determinou a impossibilidade de punição de crimes praticados na ditadura¹²⁸. Após a aprovação dessa anistia, a maioria dos líderes políticos decidiu por tomar a discussão quanto ao abuso aos direitos humanos como “encerrada”, de modo que o presidente Figueiredo decidiu por prosseguir com o processo de abertura, tomando, porém, controle tanto na forma, quanto no conteúdo da transição, e, nesse contexto, as concessões feitas a grupos de oposição estavam fortemente ligadas à repressão de oponentes que tinham se mobilizado além dos cenários propostos pelo governo¹²⁹.

Após esse episódio, os militares passaram a negociar os termos de sua saída definitiva, no qual, p. ex., exigiram a manutenção do aparato repressivo, a escolha dos ministros do gabinete militar seria indicação das próprias forças armadas, a Constituição de 1967, com todas as emendas introduzidas durante a ditadura, seria mantida até a promulgação de um novo texto constitucional, que o grupo incumbido de revisar a Constituição não poderia ser eleito por voto popular, mas sim por membros incumbidos ao Congresso e que a reforma constitucional ficaria restrita a questões que não afetassem a “segurança nacional”¹³⁰. Essas exigências foram aceitas, neutralizando os riscos inerentes à transferência de governo¹³¹. Vale mencionar, também, que o primeiro presidente eleito após a transição foi Tancredo Neves, em 1984, no entanto sua morte fez com que o cargo fosse exercido por seu vice, José Sarney, político que, até o ano anterior, havia sido um importante membro do partido que representava os interesses do governo militar¹³².

Esses são alguns exemplos de como a “superação” do regime militar foi realizado observando os interesses de uma cúpula dentro da hierarquia política brasileira que representava os interesses do próprio governo ditatorial¹³³. De fato, durante o governo do presidente José Sarney, ministros militares foram mantidos em seu gabinete¹³⁴. Além disso, os militares mantiveram controle sobre o Serviço Nacional de Informações (SNI), podendo agir unilateralmente

¹²⁸ ACUÑA, 2006. p. 49.

¹²⁹ Id., *ibidem*.

¹³⁰ Id., *ibidem*.p. 50.

¹³¹ Id., *ibidem*. p. 51.

¹³² Id., *ibidem*. p. 51.

¹³³ KOZICKI; LORENZETTO, 2014. Acesso em: 14/12/2017.

¹³⁴ Id., *ibidem*.

no controle de greves e podendo impor limites à concretização da reforma agrária¹³⁵.

Foi no governo Sarney que foi aprovada a segunda lei de anistia, destinada a oponentes do regime, civis e militares¹³⁶. Essa lei permitiu a reincorporação de civis a cargos dos quais tinham sido demitidos, além de ter fornecido promoções baseadas em idade para os oficiais de patentes mais baixas que não foram reincorporados ou compensados de alguma outra forma, sendo que uma terceira anistia foi aprovada em 1988, contemplando os oficiais demitidos durante o período de 1964 a 1985¹³⁷. Logo a seguir, deu-se o início do projeto de nova Constituição, gerando uma grande mobilização da sociedade civil, nesse contexto, o executivo e o congresso se confrontaram pelo controle da Assembleia Constituinte¹³⁸, da qual resultou na Constituição de 1988. A pressão realizada por organizações populares oportunizou a inclusão na novel Constituição de um conjunto de direitos sociais e individuais, os quais, entre outros, uma cláusula declarando a tortura um “crime sem prescrição”, além de ter suprimido um símbolo chave do governo militar, no caso, o conselho nacional militar (CNM), que se tratava de um comitê consultivo presidencial composto por militares de alta patente¹³⁹. O CNM foi devidamente substituído pelo conselho de defesa nacional (CDN), que incorporou poderes constitucionais diferentes das forças armadas e do executivo¹⁴⁰.

No entanto, um lobby militar possibilitou a inclusão dentro da Constituição de uma garantia de poderes constitucionais, fornecendo ao exército a possibilidade de intervir no processo democrático para garantir a lei e a ordem, legitimando esse ato em casos relacionados à segurança interna, graças a pressão militar¹⁴¹. Tentou-se substituir os ministros militares por um ministro de defesa civil, nesse novo quadro institucional, o congresso perdeu o poder de nomear os oficiais comandantes das forças armadas, além de não se ter fornecido controles institucionais de qualquer natureza sobre as organizações

¹³⁵ KOZICKI; LORENZETTO, 2014.

¹³⁶ ACUÑA, 2006. p. 51.

¹³⁷ Id., *ibidem*.

¹³⁸ Id., *ibidem*.

¹³⁹ Id., *ibidem*.

¹⁴⁰ Id., *ibidem*.

¹⁴¹ Id., *ibidem*.

militares de inteligência¹⁴². Perceber-se com isso que, mesmo depois da aprovação da nova constituição, os militares foram capazes de manter uma profunda influência sobre as políticas brasileiras, no sentido econômico, político, social e, principalmente, em sua capacidade de manter “fechadas” questões relativas a violações de Direitos Humanos¹⁴³.

É possível com essas considerações afirmar que a transição entre o regime militar para o sistema democrático teriam sido menos do que satisfatórias. Nesse cenário, a Constituição deveria ser “blindada” contra influências externas que pudessem afetar ou prejudicar sua aplicação¹⁴⁴. A proposta de uma justiça transacional seria de expor a realidade por trás de crimes passados, exigindo um conjunto de estratégias voltadas a confrontar esse passado recente, e, mais do que isso, para evitar a ocorrência de novos conflitos e violações dessa natureza¹⁴⁵.

Seria possível, portanto, observar a influência do regime militar em diferentes níveis dentro da sociedade brasileira. Esse sistema de governo teria deixado uma marca extremamente contundente dentro do regime democrático que o sucedeu tanto dentro de uma perspectiva simbólica quanto prática. Essas considerações tornam possível argumentar que a transição seria um processo ainda em curso no Brasil, o que colocaria o país em um constante processo de exame de eventos passados que tiveram seu povo como participantes, seja como atores, ou como expectadores¹⁴⁶. Esse inacabado processo de transição levaria, portanto, não apenas a novas análises do passado como uma própria reconstrução do presente¹⁴⁷.

É razoável entender que o reconhecimento e responsabilização dos crimes de estado é uma peça fundamental para que se permita alcançar uma verdadeira paz duradoura¹⁴⁸. Nesse sentido, a (re)construção da memória e o saldo das pendências que o estado teria com sua população seria uma parte

¹⁴² ACUÑA, 2006. p. 51.

¹⁴³ Id., ibidem.

¹⁴⁴ SCHIER, Paulo Ricardo. **A constitucionalização do direito no contexto da Constituição de 1988**. In: CLÉVE, Clémerson Merlin (ORG). Direito constitucional brasileiro – teoria da constituição e direitos fundamentais. Revista dos Tribunais: São Paulo, Volume 1, 2014.

¹⁴⁵ ZYL, Paul van. **Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflitos**. In: Revista Anistia: política e justiça de transição. Brasília: Ministério da Justiça, n° 1, 2009, p. 47-71. p. 47.

¹⁴⁶ KOZICKI; LORENZETTO, 2014.

¹⁴⁷ Id., ibidem.

¹⁴⁸ MÉNDEZ, 2011. p. 197.

fundamental na luta por um ideal democrático¹⁴⁹. Essa ideia é reforçada pelo fortalecimento de que um princípio de direito internacional emergente determina que os estados têm a obrigação de responder por violações sistemáticas de direitos humanos¹⁵⁰. Inserir entre os deveres do estado a obrigação de tomar as medidas necessárias para corrigir as violações a direitos humanos que tenham cometido ao longo de sua história, estabelece o direito das vítimas de tais agressões de buscar reparações pelos danos que sofreram quando a violação de garantias fundamentais era um ato legitimado das autoridades estatais¹⁵¹.

Com essas noções em mente, qualquer ato que se destine a limitar, ou arruinar as chances de responsabilizar o estado por seus atos em regimes autoritários receberia um repúdio declarado de qualquer grupo que se proponha a representar e garantir os direitos humanos. O fato do Comitê de Direitos Internacionais das Nações Unidas ter condenado as leis de anistia e perdão teriam sido completamente pertinentes, portanto, uma vez que o Comitê compreendeu essa legislação como contraditória e inconsistente com a Convenção de Direitos Humanos, pois nega às vítimas um direito à reparação, permitindo a manutenção de um estado de impunidade¹⁵².

É possível argumentar que as leis da anistia, ao menos no modo como foram aplicadas, representam uma aberração ao direito internacional¹⁵³. Leis e tratados internacionais são bastante claros no sentido de esclarecer que determinados direitos fundamentais estariam além da suspensão, sendo violados no momento que práticas como a tortura, prisões arbitrárias, dentre outras situações de teor semelhante são praticados por um estado-nação¹⁵⁴. O direito internacional contém dentro de si garantias voltadas especificamente no sentido de prevenir a impunidade em abusos de autoridade tais como ocorreram durante o regime militar¹⁵⁵. Destaca-se, nesse sentido, exemplos como a Convenção sobre o Genocídio, que criminaliza tal ato e a Convenção

¹⁴⁹ MÉNDEZ, 2011. p. 197.

¹⁵⁰ Id., *ibidem* p. 199.

¹⁵¹ Id., *ibidem* p. 200.

¹⁵² Id., *ibidem*.

¹⁵³ Id., *ibidem*.

¹⁵⁴ Id., *ibidem*.

¹⁵⁵ Id., *ibidem*.

contra a tortura, que obriga seus signatários a tornar tal prática um delito punível dentro de sua jurisdição interna¹⁵⁶.

Outras convenções e normas do gênero estabeleceram ainda mais condições, como a inaplicabilidade de leis que estabeleçam limitações a crimes contra a humanidade, a inaplicabilidade do princípio do crime político como defesa contra a extradição por cargos referentes a esses delitos, dentre outras medidas de natureza semelhante¹⁵⁷. A razão para tamanho esforço por parte da legislação internacional para fins de garantir a devida punição a representantes de um estado que praticou violações sistemáticas e massivas a direitos humanos, é que tais atos se constituem como *crimes contra a humanidade*¹⁵⁸. Em resposta a tais crimes, o estado estaria obrigado a investigar, julgar e castigar seus perpetradores¹⁵⁹. Além disso, as autoridades estatais também teriam o dever de revelar às vítimas, suas famílias e a toda a sociedade tudo que puder ser esclarecido quanto a esses eventos¹⁶⁰. Ainda, estaria presente o dever de oferecer às vítimas suas reparações devidas e separar os envolvidos nessas iniciativas dos corpos de segurança, bem como de demais posições de autoridade¹⁶¹.

Essas legislações admitem, p. ex., o direito das vítimas de conhecer a verdade; de receber justiça; de receber compensações e outras formas de restituição monetária e o direito de viver em meio a instituições novas, reorganizadas e responsáveis¹⁶². Tais garantias são, além de fundamentais, insubstituíveis, não sendo possível ao estado compensar a falta de uma dessas obrigações com o cumprimento de outra¹⁶³. Nesse sentido, atos como o do governo argentino, que forneceu uma compensação monetária para as vítimas da *guerra sucia* dos anos setenta, mas não prestou qualquer medida no sentido de fornecer informações quanto a desaparecidos e mortos pelo regime ditatorial que governou o país não representa uma forma satisfatória de lidar com as marcas deixadas pelas ações do governo, naquele período¹⁶⁴. A

¹⁵⁶ MÉNDEZ, 2011. p. 200.

¹⁵⁷ Id., ibidem p. 201

¹⁵⁸ Id., ibidem.

¹⁵⁹ Id., ibidem.

¹⁶⁰ Id., ibidem.

¹⁶¹ Id., ibidem.

¹⁶² Id., ibidem.

¹⁶³ Id., ibidem.

¹⁶⁴ Id., ibidem.p. 203

cobrança dessas medidas é relevante exatamente por impedir que o governo adote a política de deixar o passado para trás e “seguir adiante”, carecendo de cumprir com suas responsabilidades para com seu povo¹⁶⁵. Mais do que isso, o ato de um estado em se responsabilizar por seus crimes é útil para que os próprios movimentos de direitos humanos não se rendam a um derrotismo em relação às medidas que defendem¹⁶⁶. Sob essa lente, anistias e leis de anistia poderiam ser observados como atos inconsistentes com as obrigações de um governo não apenas para com seus cidadãos, mas para com a sociedade¹⁶⁷.

O que se pretende argumentar, portanto, é que as leis de anistia promulgadas durante os últimos anos da ditadura e os primeiros do regime democrático, representaram uma solução menos que satisfatória para lidar com os atos de violência e abusos de autoridade que fizeram parte da realidade brasileira durante a os 21 anos de regime ditatorial.

Outro ponto relevante de crítica no que diz respeito às leis de anistia é o argumento que esses se tratam de atos de *meio, não de resultado*¹⁶⁸. Por exemplo, em atos de persecução penal, mesmo que a pessoa julgada seja absolvida, se os meios escolhidos foram válidos e o processo que não tenha tido resultados pré-determinados, a finalidade do julgamento foi alcançada¹⁶⁹. O estado teria feito tudo em seu poder para se posicionar positivamente na busca da verdade, não se limitando simplesmente a atos demagógicos de condescendência burocrática¹⁷⁰. Outra condição essencial para se tomar como válidos os processos dessa natureza seria o devido processo legal, ou seja os acusados de terem cometidos crimes e violações aos direitos humanos durante esses períodos teriam, obrigatoriamente, os seus julgamentos realizados dentro de uma norma lógica do processo, com direito à ampla defesa e às devidas garantias processuais¹⁷¹.

Um possível argumento contrário à realização desses procedimentos, tais como a responsabilização criminal de agentes do estado seria uma concepção errônea quanto ao processo de transição, de que “a verdade seria sempre mais

¹⁶⁵ MÉNDEZ, 2011. p. 203.

¹⁶⁶ Id., ibidem.

¹⁶⁷ Id., ibidem.p. 204

¹⁶⁸ Id., ibidem.

¹⁶⁹ Id., ibidem.

¹⁷⁰ Id., ibidem.p. 205.

¹⁷¹ Id., ibidem.p. 206.

importante do que a justiça”¹⁷². O pensamento em questão sugere que a necessidade de realizar um devido “ajuste de contas” entre opressores e oprimidos tornaria o processo de transição simplesmente um ato de revanchismo e que seria preferível concentrar esforços na busca pelos “fatos” do que necessariamente efetuar as punições devidas aos cidadãos que cometeram violações a direitos humanos em nome do estado¹⁷³. Defensores da visão de que “a verdade promove reconciliação” e que processos judiciais seriam desforras admitidas judicialmente, tendem a se utilizar das experiências de países como a África do Sul e o Chile como exemplos para reforçar esses argumentos, ignorando que em ambos os casos houve permissão dos novos governantes que desse prosseguimento a processos contra representantes do poder estatal que cometeram atos de extrema violência contra os direitos humanos em seus respectivos regimes autoritários¹⁷⁴. Aceitar a noção de que a busca e publicação da verdade bastaria para satisfazer às necessidades de um processo de transição seria o equivalente a comprometer as comissões com a impunidade¹⁷⁵.

Não se defende aqui que uma comissão da verdade que não prevê imediata responsabilização penal deveria ser rechaçada, nem que deveriam haver julgamentos e condenações de possíveis responsáveis por crimes contra os direitos humanos sem uma investigação prévia quanto ao que realmente teria ocorrido em períodos de ditadura¹⁷⁶. Inclusive, argumenta-se que seriam exatamente as informações reveladas por iniciativas como comissões da verdade que fornecem legitimidade a ações judiciais contra agentes de estado no processo de transição democrática¹⁷⁷. É de extrema importância, no entanto, pontuar a irresponsabilidade de um governo que fornece aval para a impunidade, em um gesto lastimável de descaso ao sofrimento daqueles que foram vítimas de sua violência nesses períodos¹⁷⁸. O ato de negar a responsabilização judicial daqueles que cometeram crimes de tortura e assassinato durante períodos como a ditadura militar, é mais do que servir aos

¹⁷² MÉNDEZ, 2011. p. 205.

¹⁷³ Id., *ibidem*.

¹⁷⁴ Id., *ibidem*.p. 207.

¹⁷⁵ Id., *ibidem*.

¹⁷⁶ Id., *ibidem*. p. 207.

¹⁷⁷ Id., *ibidem*.

¹⁷⁸ Id., *ibidem*.

interesses aos mesmos grupos políticos que tornaram tais abusos possíveis, é também um meio de apagar a memória dos que padeceram durante esses regimes¹⁷⁹.

Posto nesses termos, a forma como a transição democrática ocorreu no Brasil teria carecido de diversas decisões que poderiam ter tornado o processo de abertura democrática uma forma de realmente lidar com os crimes cometidos pelo governo ditatorial de maneira satisfatória. No entanto, como já foi exposto nesse texto, os interesses políticos dos militares, bem como de seus aliados, foi uma das prioridades do processo de transição. Mais do que prevenirem-se contra penalizações criminais, os militares também resguardaram sua reputação diante da história, fortalecendo uma narrativa favorável ao seu governo. Além dessas consequências simbólicas, ainda houve diversas marcas bastante palpáveis da influência militar dentro do contexto político e administrativo brasileiro.

Teria como se destacar, por exemplo, as marcas deixadas pelo regime militar dentro do direito administrativo, estudadas por autores como Gilberto Bercovici, uma vez que a administração pública manteve em sua estrutura o mesmo funcionamento configurado pelo Decreto-Lei n. 200/1967¹⁸⁰. A reforma regulatória ocorrida em 1990, segundo Bercovici, nada mais teria feito senão fornecer uma impressão de modernidade a esse sistema patrimonialista que foi estabelecido do estado brasileiro¹⁸¹. Isso significa que toda a estrutura administrativa do Brasil pós-Constituição de 88 ainda seria a mesma do regime militar, deixando toda a questão quanto a um controle democrático da intervenção econômica e social do estado totalmente em aberto¹⁸².

O poder que os militares conseguiram manter depois da abertura democrática demonstra que o projeto idealizado pelo presidente Geisel em 1974 teria cumprido de forma satisfatória seus objetivos, tendo sua influência sentida na aprovação dos controversos projetos de energia nuclear brasileiros

¹⁷⁹ MÉNDEZ, 2011. p. 207 – 208.

¹⁸⁰ **BERCOVICI**, Gilberto. “**O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece**”: a persistência da estrutura administrativa de 1967. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.) O que resta da ditadura: a exceção brasileira. Ed. 1. São Paulo/SP: Boitempo, Ed. 1. 2010. p. 89.

¹⁸¹ Id., *ibidem*. p. 89.

¹⁸² Id., *ibidem*. p. 90.

de 1985, que sequer foram discutidos pelo congresso¹⁸³. Além disso, projetos como a reforma agrária tiveram enormes bloqueios, mantendo muito bem erguidos os muros que a ditadura militar havia construído quanto ao tema¹⁸⁴. No sentido histórico, a forma como os militares atuaram dentro do contexto democrático foram sentidos em diversos níveis. A narrativa construída quanto aos grupos de resistência e de guerrilhas que antagonizou o regime ditatorial, por exemplo, tinham como objetivo específico evitar a revisão dos conflitos que teriam ocorrido durante o período¹⁸⁵. A memória dos combates entre a ditadura e seus opositores armados favoreceu visões centradas no ponto de vista dos militares quanto a esses conflitos e suas consequências¹⁸⁶. O resultado desse processo foi a criação de uma enorme fossa entre o passado e o futuro, onde o papel do regime militar enquanto violador de direitos humanos, e enquanto avatar dos interesses de determinadas elites econômicas e sociais foi sendo ofuscado em favor de uma visão idealizada dos governantes¹⁸⁷. O que se percebe com isso é que todo o processo de transição foi formulado atendendo aos interesses e as necessidades dos militares, não apenas garantindo sua impunidade, como também garantindo o resguardo de sua imagem e reputação¹⁸⁸.

Os escândalos que marcaram os primeiros anos de democracia também ajudaram indiretamente na manutenção da imagem do regime militar¹⁸⁹. Eventos que se iniciam com o falecimento do presidente eleito Tancredo Neves culminando com o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, favoreceram o crescimento de um forte saudosismo ao regime militar¹⁹⁰. Um forte exemplo dessa nostalgia quanto à ditadura se percebe no fato de que, em 1992, apenas 42% da população brasileira demonstrava apoio ao regime democrático, e, de fato em 1988, ano da promulgação da Constituição da República, a porcentagem de cidadãos abertamente favorável a democracia era de meros 17%¹⁹¹.

¹⁸³ DE ASSIS MOURA; COELHO ZILLI. 2009. p. 192.

¹⁸⁴ Id., ibidem.

¹⁸⁵ Id., ibidem.

¹⁸⁶ Id., ibidem.p. 192.

¹⁸⁷ Id., ibidem. p. 193.

¹⁸⁸ Id., ibidem.p. 192.

¹⁸⁹ Id., ibidem. p. 194

¹⁹⁰ Id., ibidem.

¹⁹¹ Id., ibidem.

A transição para um sistema democrático se encerrou definitivamente com a eleição presidencial direta de 1989, encabeçada por grupos de partidos da direita e de centro, que constituiu para um forte impedimento no crescimento da esquerda, e o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, foi capaz de aproveitar um alto grau de autonomia em relação às forças armadas e, mesmo não tendo alterado as bases políticas e institucionais que forneciam poder ao exército, ele alterou em seu governo diversos mecanismos que os militares tomavam como importantes para suas estratégias, foi o caso, por exemplo, do enfraquecimento das forças armadas dentro indústria bélica nacional, o então presidente concentrou os recursos militares dentro das área de pesquisa e alta tecnologia, o que abriu um debate na época quanto à privatização daquela parte da indústria gerenciada pelos militares, mesmo com esses debates, o exército brasileiro ainda possui um poder industrial muito forte, garantindo sua posição como uma das presenças geopolíticas de maior relevância não apenas para a América Latina, como para o hemisfério sul em geral¹⁹².

O fato de que a crise política que resultou no impeachment do presidente Collor não ter resultado em uma nova intervenção militar, demonstrou que, apesar da ameaça constitucionalmente legitimada, as chances de uma nova tomada de poder pelas forças armadas ainda é relativamente pequena, essa situação resulta tanto pelo fato de que o cenário político para tal ato tenha se estreitado severamente, quanto por que os custos de uma intervenção dessa natureza hoje aumentaram severamente, dado o transcorrer específico do processo de transição, os militares apoiaram a transição democrática, a possibilidade de que as crises sociais e econômicas resultem em distúrbios sociais não torna uma nova intervenção como uma possibilidade factível, hoje, o papel do exército dentro de um cenário político foi alterado para uma diminuta tutela sobre os poderes constitucionais, dessa forma, a democracia brasileira termina por retomar três velhas tradições: uma certa tutela militar, uma extensa exclusão econômica e uma sistemática repressão social¹⁹³.

É possível perceber, diante desse cenário, que o atual regime político do país ainda possui uma forte conexão com a ditadura militar, tendo recebido um

¹⁹² ACUÑA, 2006. p. 53.

¹⁹³ Id., ibidem. p. 54.

considerável contingente de apoiadores ao longo das décadas¹⁹⁴. O argumento do “perigo comunista” que serviu como motivador do golpe, na época, ainda encontra forte ressonância nos dias de hoje enquanto justificativa para as atrocidades cometidas pelo estado, resultando em uma polarização ideológica que se percebe até os dias de hoje¹⁹⁵.

Esse argumento, aliado à situação econômica desfavorável que o país vivia na ocasião e ao apoio tanto da extrema direita quanto da direita moderada foram alguns dos principais fatores que possibilitaram o sucesso da ascensão dos militares no governo, tendo essas justificativas sido repetidas com exaustão no decorrer dos anos¹⁹⁶.

As tentativas de luta armada na época foram completamente sufocadas, carecendo de qualquer apoio popular real devido ao cuidadoso e eficiente controle de informação realizado pelo regime, tornando a visão dominante quanto aos grupos de resistência basicamente a narrativa que a ditadura havia construído¹⁹⁷.

Esse conjunto de fatores tornou o ato de encontrar informações confiáveis a respeito de grupos e oposição uma tarefa genuinamente desafiadora durante os primeiros anos de democracia¹⁹⁸.

O aparelho ideológico construído e aperfeiçoado pelos militares foi de enorme utilidade para garantir que a transição não gerasse nenhum dano irreparável à estima dos militares diante de boa parte da sociedade brasileira. Diante desse cenário, a tentativa de reavaliar, analisar e compreender a história que teria sido ocultada pelo estado durante a ditadura militar se provou ser um legado fundamental das gerações que viveram e sucederam o regime¹⁹⁹.

É nesse sentido que entra em cena as comissões da verdade e sua importância para a reconstrução da memória. As comissões, a princípio, teriam de ser vistas pelas comunidades de seus respectivos países como um esforço

¹⁹⁴ DE ASSIS MOURA; COELHO ZILLI. 2009. p. 195.

¹⁹⁵ Id., *ibidem*.

¹⁹⁶ Id., *ibidem*.

¹⁹⁷ Id., *ibidem*.

¹⁹⁸ Id., *ibidem*. p. 196

¹⁹⁹ Id., *ibidem*. p. 197

da comunidade nacional em confrontar as condutas atrozés que teriam cometido contra seu povo²⁰⁰.

Não se trata de uma busca por vingança pessoal, mas sim uma tentativa de resolver os conflitos causados pelas condutas abusivas e autoritárias do Estado e seus representantes²⁰¹. Essa lógica não anula de modo algum a importância que organizações internacionais tem no processo de busca pela verdade, entretanto, ideias como a formulação de uma “comissão da verdade permanente”, nas Nações Unidas, são tratadas por autores como Juan Méndez como pouco recomendáveis a longo prazo²⁰².

Méndez afirma que organizações internacionais teriam um trabalho extremamente relevante, no entanto dispare das comissões nacionais, não havendo necessidade de uma entidade supranacional que faça o exato mesmo trabalho que um país sozinho estaria realizando internamente²⁰³. Advogar por órgãos supranacionais seria uma forma de desdenhar os excelentes resultados que alcançados por cortes como as de Ruanda e da Iugoslávia, o maior desafio de entidades internacionais, segundo esse autor, seria o de sustentar as decisões tomadas por esses tribunais internos, impedindo que líderes mundiais criem razões para ignorá-las²⁰⁴.

O governo brasileiro eventualmente reconheceu a importância de iniciativas no sentido de revisar a história construída quanto à ditadura militar, tomando iniciativas para investigar os crimes cometidos durante o regime mais de uma década após terem ocorrido. Com isso, levou-se ao prevalecimento de diversas estratégias alternativas para a superação do passado, sendo o caso da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos, bem como da Comissão de Anistia²⁰⁵.

A primeira dessas comissões se propunha basicamente investigar casos de pessoas que foram assassinadas por agentes do governo durante esse período histórico, de modo a possibilitar que parentes das vítimas pudessem ser devidamente indenizados pelos danos que lhes foram causados pelo

²⁰⁰ MÉNDEZ, 2011. p. 210.

²⁰¹ Id., *ibidem*.

²⁰² Id., *ibidem*.

²⁰³ Id., *ibidem*. p. 210.

²⁰⁴ Id., *ibidem*. p. 211.

²⁰⁵ DE ASSIS MOURA; COELHO ZILLI. 2009. p. 184.

Estado²⁰⁶. As atribuições, da comissão foram ampliadas pela Lei n. 10.875/2004, que determinou que as indenizações abrangeriam, também, aqueles que teriam cometido suicídio em decorrência dos traumas e sequelas que os marcaram devido aos abusos e tortura que teriam sofrido pelas mãos de agentes públicos²⁰⁷.

A Comissão de Anistia, por sua vez, foi instaurada pelo Ministério da Justiça a 28 de agosto de 2001 por meio da Medida Provisória n. 2.151, teria como fim examinar e julgar, em caráter administrativo, os pedidos de indenização requeridos por aqueles que, no período que engloba o final do Estado Novo de Vargas até a promulgação da Constituição de 1988, foram impedidos de exercer suas profissões por motivos exclusivamente políticos²⁰⁸.

Só até em 2007, essa comissão avaliou cerca de 60.347 processos do gênero, sendo que, destes, foram apreciados 37.270, tendo sido deferidos 24.560 pedidos de indenização²⁰⁹. Independentemente da efetividade, ou não dessas mediadas a longo prazo, é difícil ignorar o fato de que elas apenas foram realizadas devido à demora do estado brasileiro em adotar providências em resposta aos atos cometidos pelo mesmo estado brasileiro²¹⁰.

Essas iniciativas, no entanto, não significam de forma alguma uma conclusão satisfatória para a relação da democracia brasileira com o regime militar. Os efeitos que a ditadura deixou dentro do governo democrático, e da própria realidade brasileira, se estendem tanto em níveis políticos quanto culturais.

As consequências deixadas pela transição “lenta, gradual e segura” podem ser percebidas em diversos episódios no decorrer das décadas que sucederam a transição. Analisar os efeitos negativos que a narrativa criada pela transição e pelo processo de anistia geraram é, portanto, fundamental, no sentido de compreender que a transição para uma democracia plena se trata, ainda, de um processo em andamento.

²⁰⁶ DE ASSIS MOURA; COELHO ZILLI. 2009. p. 184.

²⁰⁷ Id., *ibidem*.p. 184 e 185.

²⁰⁸ Id., *ibidem*.p. 186.

²⁰⁹ Id., *ibidem*.p. 187.

²¹⁰ Id., *ibidem*.p. 188.

CAPITULO 2 – DA BATALHA DO CENTRO CÍVICO DE 2015

2.1 – A BATALHA DO CENTRO CÍVICO E AS TENSÕES ANTAGÔNICAS ENTRE O ESTADO E A SOCIEDADE

Feita a análise crítica quanto a aspectos da história da ditadura militar e a transição para a democracia, é o momento apropriado para partir ao segundo ponto de discussão deste trabalho. Uma vez que uma parcela do capítulo anterior foi dedicada a explicar de que modo o processo de abertura para a democracia foi pensado com o fim de proteger os interesses dos militares, bem como dos que haviam contribuído com o regime. Também se estabeleceu que esse processo permitiu que fosse criada uma narrativa que incentivava tolerância não apenas aos militares, como também às práticas políticas normalizadas durante seu governo. Ou seja, o autoritarismo, a violação a direitos humanos, e o uso legitimado da violência, tais ferramentas nunca foram efetivamente cortadas dentro do pensamento político brasileiro. É possível entender que a ausência de condenação aos agentes do estado no período militar resultou em um cenário que permitiu a tolerância de futuros abusos aos direitos fundamentais por parte de representantes do governo.

O confronto entre policiais militares e manifestantes ocorrido na frente da assembleia legislativa do Paraná teria deixado um número aproximado de 170 feridos, sendo que, destes, 20 teriam sido policiais militares, de acordo com a secretaria de segurança pública, e 150 eram civis, de acordo com a prefeitura de Curitiba²¹¹. O evento marcou profundamente os envolvidos, tendo seu aniversário lembrado por manifestantes em 2016 em um ato de paralisação geral realizado por representantes dos servidores públicos do Paraná, bem como por representantes de movimentos sindicais e sociais²¹². No que diz

²¹¹ **CARAZZAI**, Estelita Hass; **COISSI**, Juliana. **Confronto entre PM e manifestantes deixa ao menos 170 feridos no Paraná**. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1622662-pm-do-parana-usa-balas-de-borracha-e-gas-contra-invasao-de-assembleia.shtml>>.

²¹² **ARAUJO**, Patricia. **Massacre do dia 29 de abril será lembrado por fortes atos no Paraná**. Disponível em:< <http://cpers.com.br/massacre-do-dia-29-de-abril-sera-lebrado-por-fortes-atos-no-parana/>>.

respeito à responsabilização do governo do estado do Paraná, o ministério público rejeitou essa possibilidade, por meio de parecer²¹³.

Observando a escalção do conflito, bem como a reação dos representantes do governo às crescentes hostilidades, informa de maneira perturbadora a presença de uma forte relação da política brasileira com o abuso de autoridade. Para analisar como uma manifestação de servidores públicos resultou em um episódio brutal de violência policial, é necessário, em primeiro lugar, observar o contexto criado pelo governo do estado do Paraná aos manifestantes, ou seja, a forma como teriam sido tratados os grupos sindicais envolvidos antes mesmo da ocorrência de qualquer ato de agressividade.

A assembleia legislativa do Paraná (ALEP) já teria efetuado pedido de interdito proibitório com o fim de impedir que trabalhadores da área da educação tivessem acesso à casa legislativa²¹⁴. O pedido era fundamentado em suposta ameaça iminente de turbação ou esbulho da assembleia pelos manifestantes, tendo sido requerido permissão de uso da força policial para proteger a área pública de possíveis “ameaças”²¹⁵. O requerimento foi deferido em 24 de abril de 2015²¹⁶.

Em 26 de abril de 2015 foi proibido acesso de trabalhadores do SindSaúde na praça Nossa Senhora da Salette²¹⁷, os profissionais da educação que se mobilizaram na área no dia seguinte foram recebidos da mesma maneira²¹⁸. Representantes da APP-Sindicato chegaram, inclusive, em uma coletiva de imprensa, admitir que a motivação principal da greve teria sido a ausência de diálogo entre os servidores e o governo²¹⁹.

Os eventos ocorridos em 29 de abril de 2015 poderiam ser analisados dentro das perspectivas teóricas de Carl Schmitt e Chantal Mouffe, exatamente por mostrar uma poderosa tensão presente entre uma grande parcela da população e o governo do Paraná. É possível perceber, por exemplo, mediante

²¹³ PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **O Retorno da Narrativa e do Acontecimento: O 29/04 sob o olhar da historiografia.** In: ALLAN, Nasser Ahmed; PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **29 de Abril: Repressão e Resistência.** Bauru/SP: Canal 6 Editora, Ed. 1. 2016. p. 20.

²¹⁴ Id., ibidem. p. 29.

²¹⁵ Id., ibidem. p. 29.

²¹⁶ Id., ibidem.

²¹⁷ Id., ibidem. p. 29.

²¹⁸ Id., ibidem. p. 30.

²¹⁹ Id., ibidem. p. 30.

a simples descrição desses eventos um tratamento de hostilidade dos representantes do estado do Paraná em relação aos servidores públicos presentes na mobilização. No que se trata a teoria de Chantal Mouffe, a autora, trata como condição do agonismo o estabelecimento de uma relação, na qual, mesmo havendo discordância e conflito, ainda se faz presente a possibilidade de diálogo e o reconhecimento do “outro” como um ser de direitos²²⁰.

Com esse pensamento em mente, questiona-se se a situação criada pelos poderes representantes favoreceria a possibilidade para esse tipo de relação. De fato, a forma como os servidores foram tratados teria, aos olhos de muitos autores, demonstrado um interesse legítimo em ignorar diversos de seus direitos básicos.

O direito de livre manifestação, garantia do art. 5º, XVI, Constituição da República, cuja realização não depende, de acordo com o texto constitucional, de nenhum tipo de autorização do poder público, foi seriamente lesionado pela ação policial autorizada pela administração pública paranaense²²¹. Outra violação aos direitos dos servidores realizada pela administração foi a proibição do acesso dos servidores à assembleia legislativa, uma vez que, por mais que se trate de um bem de uso especial, seu acesso deveria ser aberto a toda a população²²². De fato, o próprio ato de limitar o direito dos manifestantes de se locomoverem em praças e ruas, bens de uso comum de toda a população, já se apresentaria como uma clara violação do art. 99, Código Civil²²³.

A infração a essa galeria de direitos reforça o argumento anteriormente levantado. Teria faltado à administração pública um reconhecimento dos diversos manifestantes presentes enquanto cidadãos de direitos, tendo sido a polícia, nesse contexto, um instrumento do poder executivo, cumprindo a função de agente repressor dos direitos acima referidos²²⁴. Nesse contexto, o

²²⁰ **CASTELO BRANCO**, Pedro H. Villas Bôas. **Liberalismo político no pensamento de Carl Schmitt: amigo ou inimigo?**, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a13v2059.pdf>>.

²²¹ **VIOLIN**, Tarso Cabral. **O Massacre do Centro Cívico de Curitiba em 29 de abril de 2015** – Um ano depois, uma análise a partir do direito administrativo. In: **ALLAN**, Nasser Ahmed; **PEREIRA**, Luis Fernando Lopes. **29 de Abril: Repressão e Resistência**. Ed. 1. Bauru/SP: Canal 6 Editora, 2016. p. 48.

²²² Id., ibidem. p. 48.

²²³ Id., ibidem. p. 48.

²²⁴ **SÁ**, Priscilla Placha. **Massacre de 29 de abril de 2015: Exceção no Estado do Paraná ou Paraná como estado de Exceção?**, 2015. Disponível em: <

ataque iniciado em torno de meio-dia, a 29 de abril de 2015²²⁵, poderia ser visto simplesmente como a culminação daquilo que a administração já teria iniciado dias antes, um tratamento dos grupos manifestantes como um “outro”, mas não um de iguais direitos, e sim como um “diferente” a ser combatido, não como um “adversário”²²⁶, mas como um “inimigo”²²⁷.

A forma como o poder público se portou diante das manifestações de servidores pode ser compreendida, portanto, como exemplo de uma relação de “antagonismo”, nos moldes formulados por Carl Schmitt. Entendido dessa maneira, o fato do resultado desse cenário ter sido a deflagração da violência torna-se, ainda mais, um resultado esperado, eis que esse era o exato destino que o jurista previa para relações dessa natureza²²⁸. É relevante lembrar que quando Schmitt fala sobre relações de antagonismo ele já entendia como possível que estas relações se realizem não apenas entre diferentes povos, mas também entre grupos ideológicos dentro de uma mesma comunidade²²⁹. Os resultados que Schmitt previa para essa forma de antítese amigo/inimigo, no entanto, eram tremendamente perigosas para uma nação. O autor entendia que o resultado dessa relação dentro de uma nação resultaria no enfraquecimento da identidade comum dos cidadãos que dela fazem parte²³⁰.

Vale lembrar que o resultado final que Schmitt previa para esse cenário seria nada menos do que uma guerra interna²³¹. Não se pretende com essas afirmações alegar que os eventos de 29 de abril seriam o presságio de algum tipo de confronto dessa natureza, não é a intenção deste trabalho fazer profecias apocalípticas desse gênero. Tampouco se pretende penetrar nas posições políticas defendidas pelo jurista alemão em vida com o objetivo de prever de que maneira esse iria se posicionar em relação ao confronto. Apenas se pretende demonstrar que o próprio Schmitt não concebia vantagem alguma em relações de antítese dentro de um mesmo povo. No entanto, torna-se

<http://emporiiodireito.com.br/massacre-de-29-de-abril-de-2015-excecao-no-estado-do-parana-ou-parana-como-estado-de-excecao-por-priscilla-placha-sa/>.

²²⁵ PEREIRA, 2016. p. 35.

²²⁶ CASTELO BRANCO, 2005.

²²⁷ SCHMITT, Carl. **The Concept of the Political**: Expanded Edition. Ed. Kindle. The University of Chicago Press, 2007. Posição 877.

²²⁸ Id., ibidem.

²²⁹ Id., ibidem. Posição 945.

²³⁰ Id., ibidem.

²³¹ Id., ibidem. Posição 885.

possível afirmar que teria sido exatamente a forma como os servidores públicos foram tratados no contexto do massacre, sendo o resultado dessa relação, nada menos do que uma antítese amigo/inimigo dentro de um estado integrante da República Federativa brasileira.

As rivalidades ideológicas, políticas e sociais, ou seja, a noção de que a pluralidade de ideologias que compõem a sociedade entraria em confronto entre si é, ao olhar de Chantal Mouffe, uma inevitabilidade²³². Esse é um ponto em que a autora, como já foi demonstrado, está em pleno acordo com Carl Schmitt²³³. Ambos os autores entendem que o sistema democrático funciona por meio de relações de inclusão e de exclusão²³⁴.

Mouffe, no entanto, não entende a violência física como a conclusão lógica inevitável dessas relações²³⁵. Em sua visão de sociedade agonista, o confronto se concretiza dentro de um ambiente em que todos teriam os mesmos direitos em relação a expressão de suas ideias e noções de mundo²³⁶. Seria fundamental em sua perspectiva que essa expressão seja uma garantia da democracia²³⁷, de modo que a falta de espaço para antíteses dessa natureza resultaria em uma intensificação das tensões entre grupos sociais que desembocaria no puro antagonismo, nas relações de inimizade primais que resultam na simples e bruta violência²³⁸.

O “massacre de 29 de abril”, sob essa perspectiva, poderia ser enxergado como uma expressão dos resultados dessa falta de espaço para o diálogo e para a livre expressão de ideias. Não por meio da ignorância dessas relações, mas sim de uma ilusão racionalista, que é a forma de repressão que Mouffe critica diretamente em sua obra²³⁹, na qual mediante ações que tratam uma parcela dos cidadãos brasileiros como um “outro”, que quase declaradamente os enxergam como um grupo cujos direitos e cuja voz teriam menor valor.

²³² **MOUFFE**, Chantal. **Pensando a democracia com, e contra, Carl Schmitt**, Tradução de **NETO**, Menelick de Carvalho. 1992. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/02/teoria.pdf>. Acesso em: 18 de jul. 2016. p. 7.

²³³ **MOUFFE**, 1992. p. 5.

²³⁴ **LORENZETTO**, Bruno Meneses; **KOZICKI**, Katia. A Desconstrução e as Políticas de Amizade. In: Revista da Faculdade de Direito – UFPR. Curitiba/PR: UFPR, 2012, n° 55. p. 46

²³⁵ **MOUFFE**, 1992. Acesso em: 18 de jul. 2016 p. 5.

²³⁶ **SCHMITT**, 2007. Posição 971.

²³⁷ **MOUFFE**, Chantal. **What is Agonistic Politics?**. In: **Agonistics: Thinking the World Politically**. Ed. Kindle. Verso, 2013. p. 3

²³⁸ Id., *ibidem*. p. 6

²³⁹ Id., *ibidem*. p. 7

Torna-se possível compreender, sob esse ponto de vista, que a Administração pública teria semeado relações de antagonismo com os servidores públicos nos dias que antecederam ao “massacre”. O que se viu em 29 de abril de 2015 teria sido simplesmente o resultado final dessa decisão: aqueles que foram postos como “inimigos” pelos representantes do estado foram tratados como tal.

É relevante observar que, dentro dessa visão, o papel da polícia é de fundamental importância, uma vez que é por meio dessa instituição que o aparelho repressor do estado expressa seu poder perante a sociedade. O chamado “aparelho repressivo do Estado” é uma das intrincadas estratégias de controle que são utilizadas para garantir uma relação de domínio entre uma elite econômica e a sociedade por meio da violência (física ou psicológica)²⁴⁰. O aparelho repressivo é representado por instituições tais como a polícia, presídios, o próprio exército e o direito (a lei)²⁴¹. Esse conceito difere do chamado “aparelho ideológico do Estado”, que se trata, segundo Althusser, do número de realidades que são mostradas ao observador imediato na forma de instituições distintas e especializadas²⁴².

Esse aparelho ideológico estaria presente por meio de sistemas como a religião, a escola, a família, o jurídico, o político (sistemas políticos que fazem parte de diferentes partidos), os sindicatos, a informação (imprensa, rádio, televisão etc.) e a cultura²⁴³. Tais conceitos não se confundem, sendo que uma das principais distinções entre ambos seria que enquanto o aparelho ideológico do estado se define por uma pluralidade de instituições, o aparelho repressivo seria uma única entidade pública²⁴⁴.

É relevante ter em mente que enquanto o aparelho ideológico do Estado se define por meio de diversas instituições *privadas*, o aparelho repressivo, por outro lado, pertence inteiramente ao domínio público²⁴⁵. No entanto, a maior diferença entre os termos já pode ser percebida dentro de seus respectivos

²⁴⁰ **MARQUES**, Rafael da Silva. **Os aparelhos ideológicos do Estado**: Breves Considerações sobre a obra de Louis Althusser. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/50661160/OS-APARELHOS-IDEOLOGICOS-DE-ESTADO>>. p. 1. Acesso em: 15/01/2017.

²⁴¹ Id., *ibidem*.

²⁴² **ALTHUSSER**, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Portugal/Lisboa: Editorial Presença, 1980. p. 43

²⁴³ Id., *ibidem*. p. 44.

²⁴⁴ Id., *ibidem*. p. 45.

²⁴⁵ Id., *ibidem*. p. 46.

títulos, o aparelho repressivo de estado atua pela violência e os aparelhos ideológicos de estado atua por meio da ideologia. No entanto, é essencial ter em mente que é incrivelmente perceptível a presença de violência dentro do aparelho ideológico de estado sendo que o contrário também é verdadeiro, existe, sem dúvida, um conteúdo de ideologia dentro do aparelho repressivo de estado²⁴⁶. A repressão do estado *sempre* possui uma carga ideológica, tanto que a polícia e o exército dependem de uma fundamentação ideológica para assegurar sua própria coesão, bem como para garantir a manutenção dos valores que pretendem projetar para a sociedade²⁴⁷.

Com essas noções em mente, é possível afirmar que o sistema repressivo do estado não se define apenas pelo seu conteúdo de brutalidade física, mas também em seu valor enquanto uma instituição simbólica, nesse sentido os indivíduos que o formam são agentes do poder²⁴⁸. O poder simbólico dessas instituições é de enorme importância para a manutenção do domínio dos que já estão no poder, pois são instrumentos de integração social que geram um consenso acerca do sentido da realidade daquela sociedade, segundo pensadores como Pierre Bourdieu é essa integração dos indivíduos dentro dessa ordem social que condiciona sua integração no meio social²⁴⁹. Ou seja, os mecanismos simbólicos formam as narrativas sociais que devem ser aceitas pelo indivíduo para que este possa ser visto enquanto parte de uma sociedade. Tais narrativas, no entanto, também se tratam de meios de assegurar o poder dos governantes, torna a realidade a soma de tradições, ideologias e discursos bastante específicas que são utilizados para limitar a capacidade de expressão e ação dos sujeitos dentro da sociedade. Nesse contexto, atos de violência e abuso do estado, do governo, dos donos do poder, representa mais que apenas uma demonstração externa de força, mas também é um mecanismo simbólico que deixa claro os termos da relação entre os cidadãos e quem possui domínio sobre o aparelho. Conforme foi dito há pouco, existe um conteúdo de ideologia nas ações repressivas do estado. Essa carga ideológica torna de fundamental importância analisar casos de repressão não apenas no

²⁴⁶ ALTHUSSER, 1980. p. 46.

²⁴⁷ Id., ibidem. p. 47.

²⁴⁸ **BOTH**. Laura Jane Garbini Ribeiro. **A Polícia no cotidiano escolar**: um estudo a partir da patrulha escolar do Paraná. Curitiba/PR, 2012. p. 143.

²⁴⁹ Id., ibidem.

que diz respeito aos seus efeitos práticos, mas também no que se refere ao peso simbólico contido em tais eventos.

Com essas perspectivas em consideração, a proposta no próximo item deste trabalho se direciona precisamente em buscar compreender esses aspectos dentro do contexto da “batalha do centro cívico”. A análise desse evento é essencial exatamente por esclarecer como as estruturas do poder repressivo do estado foram utilizados pelo governo paranaense no sentido de não apenas no sentido de tolher uma manifestação isolada, como também atuar de forma simbólica, demonstrando que a ameaça do uso autoritário da força é mais do que um equivalente social de estresse pós-traumático, mas sim uma preocupação perturbadoramente presente e palpável.

2.2 – DO CONFRONTO DIRETO ENTRE A POLÍCIA MILITAR E OS CIVIS PRESENTES NAS MANIFESTAÇÕES DE 29 DE ABRIL DE 2015

Por mais relevante que seja a análise teórica de conceitos como repressão policial e abuso de autoridade, é relevante observar como, na prática esses conceitos estiveram presentes dentro do evento hoje conhecido como “a batalha do centro cívico”, em Curitiba, PR. Para tanto, é relevante demonstrar de forma clara como a mobilização da polícia militar apresentou um uso do aparato repressivo do estado pode ser compreendida não apenas como abusiva, mas como um desconcertante reflexo da narrativa deixada pela ditadura militar, bem como pela abertura democrática.

São diversas as maneiras possíveis de se realizar uma análise nesse sentido. É perfeitamente possível, por exemplo, realizar um paralelo entre eventos recentes de violência policial em manifestações durante o período democrático com eventos semelhantes no período militar. Seria possível tomar diversas abordagens para que se possa montar um quadro analítico pertinente da relação entre a “batalha do centro cívico” e a presença de “heranças do regime militar” dentro do cenário democrático brasileiro. No entanto, a noção de realizar um estudo por meio de imagens se revela particularmente fascinante. Esse método seria basicamente o de observar as ações da polícia militar diretamente por meio de sequências gravadas no decorrer do próprio evento. A alternativa possibilita um leque impressionante de possibilidades em termos de estudo.

As análises de imagens que são aqui apresentadas derivam de uma reportagem quanto aos eventos ocorridos em 29 de abril de 2015. A reportagem foi exibida em 29 de abril de 2015 no telejornal Paraná TV, 2ª edição²⁵⁰, de abrangência estadual, veiculada pela RPC (rede paranaense de televisão) afiliada da rede globo de televisão, no Paraná. A reportagem em questão dura aproximadamente 15 minutos podendo ser dividida em três partes: a primeira, com a narrativa jornalista acompanhada de imagens do confronto ocorrido em 29 de abril de 2015; a segunda sobre a movimentação

²⁵⁰ **HD - Íntegra do Paraná TV 2ª Edição - 29/04/2015.**
<<https://www.youtube.com/watch?v=nul-38RDCLI>>.

dentro da assembleia legislativa, descrevendo como ocorreu a votação além de citar breves manifestações de diversos políticos paranaenses, como Roberto Requião e Ademar Traiano; por fim, uma terceira parte que se destina a apresentar como representantes da APP-Sindicato pretendiam, na época, reagir às ações do governo paranaense, bem como a exibir as declarações feitas pelo, à época, governador do Paraná, Beto Richa, tanto no que diz respeito ao uso da força policial, quanto do papel dos professores naquele evento.

A descrição foi realizada a partir da reportagem para a televisão, resultando em todas as falas e imagens como públicas e não questionadas pelas partes envolvidas. O vídeo foi assistido e anotado em seus muitos detalhes, primeiramente apenas via áudio, depois somente com imagens, e, por fim, com as imagens e áudio em sincronia, tendo sido repetido e pausado diversas vezes. Por fim, o vídeo foi assistido em sua integridade repetidas vezes. Vale mencionar que todo esse método de análise de vídeo é abertamente baseado no estudo de imagens e reportagem presentes da tese de doutorado da professora Laura Jane Ribeiro Garbini Both, “A polícia no cotidiano escolar: Um estudo a partir da *Patrulha Escolar Paraná*”. Esse meio de análise, no qual se separa as imagens da narrativa permite observar como a o conteúdo meramente descritivo pode ser bastante limitado, objetivo e menos complexo dentro dos limites do jornalismo televisivo²⁵¹.

Uma vez que a narrativa expositiva da reportagem tem os limites esperados por um telejornal, as imagens ganham um papel fundamental para passar a devida mensagem ao espectador. Esse processo é extremamente relevante e diz muito sobre o aspecto “cinematográfico” de notícias pela televisão. O processo referente à codificação e à decodificação de imagem é um tema extremamente complexo, sendo que não é pertinente se aprofundar quanto a esse tema no presente trabalho. No entanto, é interessante refletir que as imagens apresentadas na televisão e no cinema possuem um efeito extremamente poderoso no sentido de transmitir uma mensagem ao espectador.

²⁵¹ BOTH, 2012. p. 157.

Conforme Stuart Hall já analisava, a televisão não passa simplesmente imagens de violência, mas sim imagens *sobre* violência²⁵². No caso, o uso de imagens apresentado na reportagem descrita a seguir faz mais do que simplesmente mostrar imagens do que aconteceu no centro cívico, na capital paranaense, em 29 de abril de 2015, na realidade, está falando algo *sobre* essa violência, possibilitando uma complementação das lacunas que não seriam supridas com sucesso pela narração verbal fornecida pelos repórteres da televisão, RPC (rede paranaense de comunicação) RPC.

Feitas essas considerações, passa-se para o estudo das imagens em si, lembrando que não se tem aqui a intenção de problematizar a forma como a reportagem, e a imprensa televisiva como um todo, aborda o tema da violência policial e do abuso de poder. Serão destacados, no entanto, determinados momentos que foram considerados mais relevantes para o presente estudo.

A primeira imagem, a seguir, introduz o tema da reportagem, apresentando brevemente um resumo dos acontecimentos. O trecho tem aproximadamente 35 segundos, ancorado pelo jornalista Sandro Dalpico:



“O Paraná TV vai ao vivo conversar com o repórter Augusto Clay que acompanhou todo o início do confronto.”²⁵³

²⁵² HALL, Stuart: *“Codificar/decodificar”*: Culture, Media, Language. Working Papers in Cultural Studies, 1996. p. 4

²⁵³ A falas em itálico correspondem a narrativas realizadas pelos jornalistas/repórteres no decorrer da matéria.

Em seguida são mostradas diversas imagens do confronto entre a polícia e os manifestantes acompanhadas pela narração em *off* do repórter Augusto Clay, quanto aos acontecimentos.

Dentre as imagens apresentadas, vale destacar a tentativa dos manifestantes de ultrapassar a barreira criada pela polícia militar.

Ao fundo da imagem é possível perceber pequenas nuvens de fumaça, resultantes do uso de bombas de efeito moral.

Esse evento ocorreu pouco antes da escalção do conflito, percebida pela entrada da polícia de choque dentro da área de manifestação:

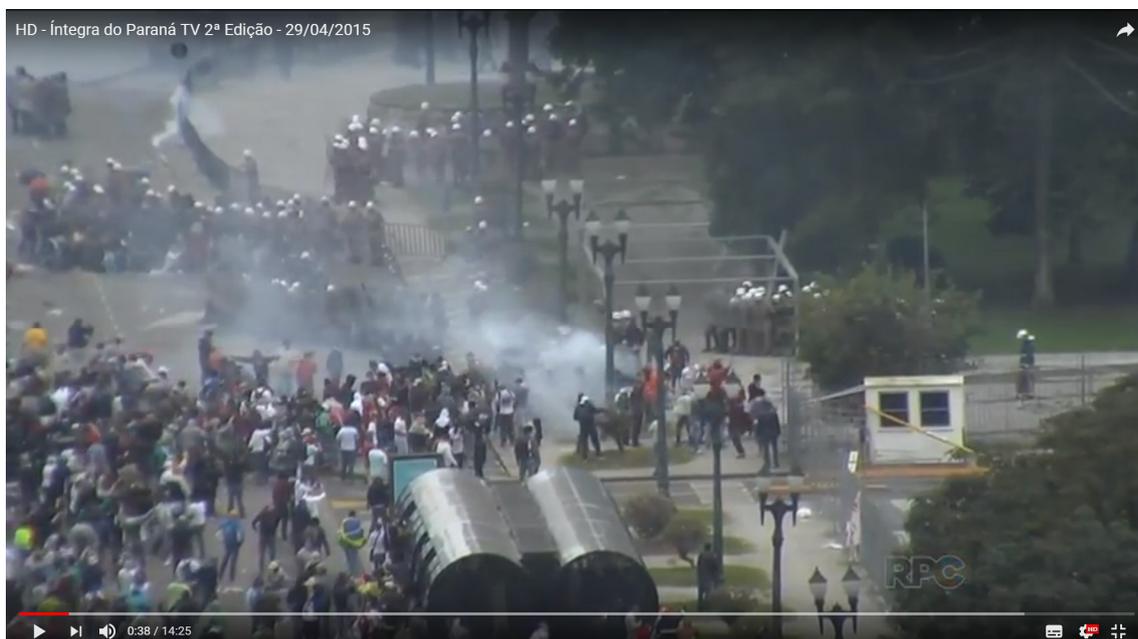


“Neste momento os manifestantes tentam forçar a grade de proteção e empurrando novamente. Agora começam os disparos de bombas de efeito mora.”

A imagem, a seguir, também é particularmente marcante, pois se trata de um plano de tomada aberto, que permite ao espectador observar o caos gerado pelo confronto com todo o seu impacto.

A imagem é utilizada para mostrar a chegada da tropa de choque na zona de conflito.

É possível perceber a tropa se aproximando em fila em direção da barreira criada pela polícia militar:



“Os manifestantes estão avançando, a polícia militar está recuando, e a tropa de choque já saiu da Assembleia Legislativa pra reforçar o policiamento.”

Os repórteres seguem filmando as tropas de choque, marchando em direção ao acampamento dos manifestantes.

A imagem, seguinte, mostra os policiais que avançam contra o acampamento.

A essa altura as bombas de efeito moral já foram lançadas e seu gás já permeia toda a região de confronto.

Os manifestantes, assim, já não estão em circunstâncias de oferecer maiores resistências.

Percebe-se entre os policiais um par de pés que pertencem a uma menina que quase foi esmagada pelos policiais:



“Nesse momento as tropas de choque lançam várias bombas de efeito e bombas de gás lacrimogênio contra os manifestantes, que recuam.”

Os efeitos dos ataques das tropas de choque são demonstrados pela reportagem com imagens como a mostrada, a seguir, na qual um grupo de manifestantes tentam retirar pessoas feridas ou machucadas da área de confronto:



“As pessoas estão recuando, novamente para a praça Nossa Senhora de Salete... e se protegem como podem.”

O caos ocorrendo no centro cívico, no entanto, não impediu que a sessão no plenário que pretendia votar o projeto de alteração do Paraná Previdência prosseguisse. De fato, a reportagem prossegue narrando que o objetivo era apenas concluir a sessão após a redação final do projeto ser votada. A imagem abaixo mostra a assembleia sendo cercada pelo batalhão da polícia militar. Ao fundo é possível perceber a fumaça das bombas lançadas para conter os manifestantes:



“A sessão tinha acabado de começar, quando a fumaça das bombas lançadas lá fora, chegou à assembleia legislativa.”

A reportagem prossegue, descrevendo como alguns deputados tentaram sair da assembleia, apenas para descobrir que o prédio estava cercado pelo batalhão de choque da polícia militar.

Foi nesse ponto da “batalha do centro cívico” que o deputado Rasca Rodrigues, bem como o repórter cinematográfico da TV Bandeirantes de Curitiba, Luiz Carlos de Jesus, foram atacados por cães da polícia militar²⁵⁴. A imagem abaixo mostra o resultado do ataque sofrido pelo repórter, depois que o cachorro, soltou sua perna:

²⁵⁴ **G1 PR. Repórter cinematográfico é atacado por cão da PM durante protesto.** 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/04/reporter-cinematografico-e-atacado-por-cao-da-pm-durante-protesto.html>>. Acesso em: 01/02/2018



“A situação lamentável, um colega da imprensa acabou de ser atingido. O cinegrafista da emissora foi ferido.”

O foco passa para o interior da assembleia, em que mostra as tensões internas ocorrendo na sessão. Descreve que alguns deputados teriam usado a tribuna para discursar, com alguns pedindo o cancelamento da votação. Dessa sequência da reportagem, se destaca a fala dos senadores Roberto Requião e Gleisi Hoffman, que indagaram aos repórteres por que o governo estadual não aguardou um parecer do ministério da previdência. Os senadores alegaram que a presença desse parecer teria fornecido mais segurança tanto ao governo do estado quanto aos servidores. A reportagem cortou para a jornalista Paola Manfroni, que esclarece que a votação teve prosseguimento enquanto aconteciam os conflitos entre a polícia e os manifestantes. A reportagem corta para a fala do presidente da assembleia, Ademar Traiano, que defendeu que dentro do plenário estaria ocorrendo uma sessão “normal”. Ainda assim, o processo de votação só começou depois das 17h, sendo que Traiano declarou em reportagem que já foram convocadas sessões extraordinárias para garantir a votação do projeto, ainda naquela data. A seguir, segue uma imagem da sessão de votação dentro da assembleia:



“A previsão é que os trabalhos terminem hoje, mas o fato é que o projeto foi aprovado em segunda discussão, com 31 votos favoráveis, 20 votos contrários. Não estavam presentes a deputada/cantora, Mara Lima, e o deputado, Paranhos.”

A reportagem explica que a votação do projeto foi realizada por meio de diversas sessões extraordinárias, sendo que, a redação final do projeto também seria decidida por meio de uma sessão extraordinária. Após o encerramento do primeiro bloco da reportagem, foi realizada uma pausa para comerciais.

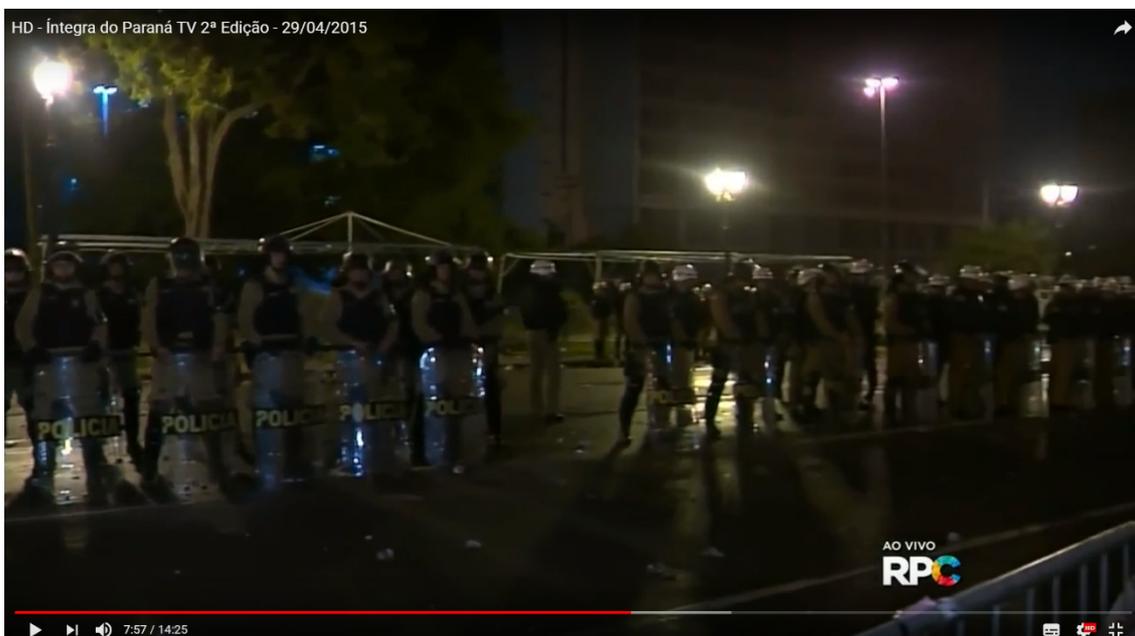
O programa voltou em seguida para descrever um segundo confronto que teria ocorrido naquele mesmo dia entre manifestantes e a polícia militar. A narração dessa fase do conflito foi feita pelo repórter Diego Sarza.

Ele descreveu que, no conflito, foram usadas, contra os manifestantes, bombas de efeito moral e balas de borracha. A seguir, está uma imagem do batalhão da polícia militar avançando até o acampamento dos manifestantes:



“Acompanhamos tudo de muito perto aqui na Praça Nossa Senhora de Saete, também nos arredores do centro cívico. Bombas de efeito moral, balas de borracha, enfim, bem complicado mesmo.”

O repórter explica que a situação se acalmou, à noite. Não houve novos conflitos, mas polícia militar formou um perímetro em torno da assembleia para garantir que não haveriam outras aproximações de manifestantes:



“Os policiais estão concentrados nesse perímetro mais próximo a Assembleia Legislativa, mas ao longo de toda a nossa tarde, as nossas equipes acompanharam a movimentação e o confronto entre manifestantes e policiais militares.”

A seguir seguem duas imagens, uma mostrando os manifestantes fugindo das bombas de efeito moral lançadas pela polícia, e outra do batalhão da polícia militar tentando dispersar as manifestações:



“O pessoal atira com gás lacrimogênio e bombas de efeito moral aqui em direção aos manifestantes.”

Os repórteres foram obrigados a procurar abrigo para fugir do gás lacrimogênio que estava subindo em direção deles e dos manifestantes

próximos. Diego Sarza explica que o conflito começou as 14h30min e que durou mais de uma hora.

A imagem a seguir registra alguns manifestantes procurando abrigo do gás e das balas, utilizadas pela polícia militar:



“Tá subindo agora o gás. É um gás de efeito moral, é um gás de pimenta que deixa a sensação para respirar muito complicada.”

Após mostrar diversas imagens do confronto, a reportagem passou a se focar na sua última parte, a que diz respeito às repercussões imediatas do ataque aos professores e demais manifestantes. Primeiro, foi ouvida a representante do sindicato dos professores. A representante da APP-Sindicato, Nádia Brixer, declarou que haveria uma responsabilização criminal do governador do estado do Paraná, bem como do secretário de segurança e do presidente da casa legislativa. A imagem, a seguir, mostra um trecho da declaração de Brixer:



“Foi a instalação de um cerco militar, jamais visto, na Praça dos Três Poderes.”

Em seguida foi apresentada a declaração do governador Beto Richa, quanto ao confronto. Quando questionado por um dos repórteres se as imagens mostradas do conflito teriam, ou não, demonstrado que, em algum momento, o governo perdeu o controle do que estava acontecendo, Richa negou, afirmando que, apesar de chocantes, refletem simplesmente a polícia cumprindo seu dever e protegendo uma propriedade pública. O governador complementou, alegando que estavam infiltrados dentro do movimento dos professores pessoas interessadas apenas em “promover o confronto” e que as tropas policiais agiram conforme era necessário, para a proteção do bem público e de suas próprias vidas.

A seguir, uma imagem da entrevista:



“Na medida que os manifestantes avançam nos policiais, eles têm que reagir.”

A reportagem explica que o confronto durou praticamente a tarde inteira, tendo deixado mais de 200 feridos. Ainda, a narração esclarece que muitos dos feridos não conseguiram chegar perto das ambulâncias que prestavam atendimento, devido ao caos que havia se instalado na área. No confronto, muitas pessoas foram atingidas por balas de borracha e estilhaços de bombas. A imagem abaixo mostra um dos feridos:



“Eu vim aqui só pra ser solidário, levei um tiro!”

A reportagem detalha que, devido ao excesso de feridos, foi necessário improvisar outros locais para socorrer as vítimas, como, por exemplo, o prédio da prefeitura. Também explica que muitos dos feridos precisaram de atendimento, devido também ao gás lacrimogênio. Os feridos mais graves foram levados para postos de saúde e hospitais. Em face desse caos, os funcionários de prédios que ficaram aos arredores do confronto foram dispensados. A imagem final mostra o prédio da prefeitura de Curitiba sendo utilizado para cuidar dos cidadãos que foram feridos no decorrer do conflito:



“A todo o momento, feridos chegavam procurando ajuda.”

Em sua última atualização dos feridos, a prefeitura de Curitiba contou um total de 200 feridos, sendo que 63 foram encaminhadas para hospitais. O governo do Paraná, no entanto, reconheceu apenas 40 manifestantes feridos e, pelo menos, 20 policiais.

A reportagem conclui informando o espectador que a ordem dos advogados do Brasil (OAB) publicou nota de repúdio ao confronto alegando que a polícia militar deve agir para garantir a integridade da população, tendo classificado os eventos de 29 de abril de 2015 como um “massacre”. A OAB ainda solicitou que o ministério público investigasse esses eventos. A nota da OAB/PR foi titulada “A Democracia de Luto”.

A reportagem ilustra a brutalidade dos atos cometidos pela polícia militar. Em diversos momentos retrata os ataques de agentes policiais contra os manifestantes. A tropa de choque da polícia militar paranaense invade acampamentos e atira bombas de efeito moral. Também vale destacar os cidadãos que foram feridos durante o conflito. Nesse sentido, se destacam as entrevistas com pessoas vítimas dos efeitos das bombas lançadas pelos policiais, pessoas que foram alvejadas pelos tiros de balas de borracha, bem como outros cidadãos que tiveram seu dia-a-dia interrompido ou indiretamente prejudicado em decorrência da reação do governo do estado do Paraná às manifestações contra a reforma do Paraná Previdência.

Os eventos de 29 de abril de 2015 revelam um ato de violência, especificamente como um ato de violência da polícia contra os manifestantes. A linguagem visual utilizada pelo telejornal, focada nos transtornos públicos e nos civis feridos no decorrer desse episódio, reforça essa interpretação. As imagens filmadas durante o confronto também ajudam a dar uma forte clareza quanto aos aspectos simbólicos do confronto. Os movimentos e manifestações de servidores públicos que pretendiam confrontar um projeto de lei que geraria a eles diversos danos econômicos, foram respondidos com força repressiva, enquanto os representantes do governo garantiram não apenas que esse projeto fosse aprovado, mas que não seriam admitidas quaisquer interrupções daqueles que seriam diretamente prejudicados pela proposta.

Nesse sentido, é interessante levar em consideração detalhes que, obviamente, não foram tocados pela reportagem aqui apresentada, mas que já foram discutidos anteriormente no decorrer deste trabalho. Assim, a principal é, sem dúvida, o fato de que as manifestações em frente à assembleia legislativa não foram a reação imediata dos grupos sindicais, mas se tratou, na verdade, da última alternativa diante de diversas tentativas falhas de diálogo entre os servidores públicos e o governo do estado do Paraná. A ausência de diálogo entre o estado e os servidores, somada às sequências, retiradas diretamente da reportagem, como, por exemplo, as tentativas de Ademar Traiano de afastar os eventos que ocorria do lado de fora do prédio com o que se estava debatendo no plenário da assembleia, no caso, tentando defender que se tratava de uma votação “normal”, apesar das circunstâncias extremamente únicas em que se estava ocorrendo. Essas perspectivas ajudam a construir

uma visão geral quanto ao evento que ficou conhecido como “a batalha do centro cívico” ou “o massacre de 29 de abril”. A seguir será realizada uma breve reflexão quanto às consequências do evento. Tais reflexões fazem compreender de que maneira é possível perceber a influência da narrativa criada pelo processo de transição na atuação do governo, da polícia, além de outras instituições que organizam e dividem o poder.

2.3 – DAS REPERCUSSÕES DO CONFLITO E DA RESPOSTA DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO ÀS DEMANDAS POPULARES

Todo cenário apresentado no subitem anterior parece passar uma mensagem extremamente desencorajadora, a de que o estado do Paraná (e em sentido mais amplo, o estado brasileiro) teria uma relação extremamente antagônica com sua população, ou pelo menos com a parcela da população que se defronta diretamente contra seus interesses.

Ainda mais desencorajador foram algumas das repercussões da “batalha do centro cívico”, especificamente no que diz respeito às tentativas de responsabilização do governo do estado do Paraná em relação aos que foram feridos durante o conflito.

Houve a proposta de uma ação de responsabilização penal por parte do ministério público, cujo interesse principal era o de responsabilizar o governador Beto Richa, bem como o ex-secretário de segurança pública Fernando Francischini (atualmente deputado federal), o ex-comandante da polícia militar, César Kogut, e os oficiais da polícia militar, Hudson Leôncio Teixeira e Nerino Mariano de Brito²⁵⁵.

A sentença dessa ação foi publicada em 11 de agosto de 2017, tendo afastado qualquer responsabilidade dos réus e considerado que as hostilidades só teriam acontecido em decorrência dos atos dos servidores²⁵⁶.

A decisão seria no sentido que não teriam havido atos gratuitos ou desnecessários de violência contra os manifestantes, uma vez que a polícia teria agido com o fim de proteger e garantir a segurança da população, bem como para garantir a eficácia da ordem judicial que teria barrado a entrada dos professores na assembleia²⁵⁷. Também foi levado em consideração que o

²⁵⁵ ANIBAL, Felipe. **Justiça absolve Richa e culpa manifestantes pela Batalha do Centro Cívico**, 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/justica-absolve-richa-e-culpa-manifestantes-pela-batalha-do-centro-civico-cyw27helqw5kge64t338jdfb#ancora-1>>.

²⁵⁶ Id., ibidem.

²⁵⁷ <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://multimedia.gazetadopovo.com.br/painel/.media/docs/1502818425_sentenca-29-de-abril-richa.pdf?1516389419>.

número de manifestantes excedia o número de policiais e que os servidores teriam instigado o confronto²⁵⁸.

Segundo foi fundamentado na sentença, a polícia teria agido de acordo com o necessário para dispersar a multidão, tendo de garantir o cumprimento da decisão judicial²⁵⁹. Sustenta-se, portanto, que as ações da polícia ocorreram conforme era necessário diante da maneira como os manifestantes teriam se portado²⁶⁰. A situação teria escalado apenas depois que os meios de dissuasão teriam se esgotado, não restando alternativas senão o que é chamado de “uso progressivo da força”²⁶¹.

A sentença não teria levado em consideração aspectos como as já citadas tentativas de diálogo malsucedidas que foram tentadas com o governo do Paraná antes da data da votação, além de não ter considerado nenhum dos atos cometidos pelas tropas da polícia militar como excessivos ou abusivos.

Segundo a narrativa da decisão judicial, portanto, não houve nenhuma responsabilidade por parte do governo do Paraná, nem do comando da polícia militar no que diz respeito aos confrontos que ocorreram durante a “batalha do centro cívico”. Os atos de violência cometidos teriam sido consequência dos atos de instigação ao conflito cometidos pelos representantes sindicais.

O ministério público, naturalmente, recorreu dessa decisão e pretende ainda responsabilizar criminalmente o governador do Paraná, Beto Richa, pela violência cometida contra os servidores públicos²⁶².

Em contrapartida, no entanto, mais de 30 ações contra o governo do Paraná propostas por professores decidiram de forma favorável aos servidores²⁶³.

É fascinante observar como as decisões em questão confrontam a sentença do processo do Ministério Público²⁶⁴. Não só teriam compreendido as

²⁵⁸

<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://multimedia.gazetadopovo.com.br/painel/..//media/docs/1502818425_sentenca-29-de-abril-richa.pdf?1516389419>.

²⁵⁹ Id., ibidem.

²⁶⁰ Id., ibidem.

²⁶¹ Id., ibidem.

²⁶² ANIBAL, 2017.

²⁶³ **ALBUQUERQUE**, Filipe. **Professores obtêm vitória em mais de 30 ações contra o PR por Batalha do Centro Cívico**. 2015 Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/professores-obtem-vitoria-em-mais-de-30-acoes-contr-o-pr-por-batalha-do-centro-civico-2a21w06ld9nmqpf5354fz8nd>>.

²⁶⁴ Id., ibidem.

manifestações em questão como tendo sido pacíficas, como também compreenderam o uso da força pela polícia como “desmedido e desproporcional”²⁶⁵.

O resultado foi diversos julgamentos favoráveis aos servidores públicos, tendo possibilitado indenizações com valores entre 3 a 4 mil reais²⁶⁶.

O representante jurídico da APP-Sindicato teria reconhecido essas decisões como pequenas vitórias, que possibilitariam que o poder judiciário reconheça os atos cometidos pelo estado do Paraná enquanto abusivos²⁶⁷. Ele afirma que essa penalização pelo abuso de autoridade é de fundamental importância para garantir que excessos como os que aconteceram em 29 de abril de 2015 não se repitam, fornecendo a essas decisões um conteúdo pedagógico²⁶⁸.

Apesar das vitórias, a APP-Sindicato se encontra insatisfeita quanto à sentença da ação movida pelo ministério público, principalmente no que diz respeito à forma como a decisão responsabilizou os próprios manifestantes pela violência que sofreram²⁶⁹.

Houve ausência de maiores consequências aos representantes públicos acusados de organizar o ataque, nominalmente, o governador do estado do Paraná, Carlos Alberto (Beto) Richa, Fernando Francischini, na época, o secretário de segurança, o subcomandante-geral da polícia militar, Nerino Mariano de Brito, o comandante-geral da polícia militar, Carlos Vinicius Kogut, o comandante da operação de defesa da assembleia legislativa do Paraná (que ficou conhecida como “operação centro cívico”), Arildo Luís Dias, e o comandante do batalhão de operações policiais especiais (Bope) que executou a ação policial, Hudson Leôncio Teixeira²⁷⁰.

O fato de que todas essas pessoas não receberam nenhum tipo de responsabilização direta pelos conflitos auxilia a fortalecer uma desagradável

²⁶⁵ ALBUQUERQUE, 2015.

²⁶⁶ Id., ibidem

²⁶⁷ Id., ibidem

²⁶⁸ Id., ibidem

²⁶⁹ RIBEIRO, Diego; GIMENES, Erick. **Justiça inocenta Beto Richa, Francischini e outros 4 por ação policial do '29 de abril'**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/justica-inocenta-beto-richa-francischini-e-outros-4-por-acao-policial-do-29-de-abril.ghtml>>.

²⁷⁰ Id., ibidem.

narrativa no que diz respeito ao político brasileiro e a abusos de poder. Com efeito, essa narrativa será explicitada no próximo capítulo da presente dissertação.

CAPÍTULO 3 – DA CONSTRUÇÃO NARRATIVA INERENTE AO CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DA BATALHA DO CENTRO CÍVICO

3.1 – A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS E SUAS INFLUÊNCIAS NO CENÁRIO SOCIAL E CULTURAL

Durante grande parte dessa dissertação, tem se utilizado com frequência termos, como “narrativa”. É um termo repetido com frequência, exatamente para reforçar tanto a noção tradicional de relato, explanação e descrição, quanto a de conto, lenda, prosa, ficção. Não se infere com isso que toda a narrativa seja uma ficção, ou que deveria ser compreendida desse modo, mas sim que toda a tentativa de narrar uma situação é sempre a *descrição* de um fato, não o fato em si, esse detalhe sempre colocará em cheque a forma como aceitamos relatos históricos, testemunhos e diversas outras narrações que moldam nossa identidade social, cultural e *nacional*.

É interessante observar o quanto somos definidos por uma identidade nacional, não apenas nós enquanto brasileiros, mas nós enquanto seres sociais e culturais.

Existem diversas narrativas que buscam fornecer uma identidade a um império, um reino, uma nação, a grupos de pessoas que tentam formar em torno de si uma comunidade. Esse processo pode ser percebido de forma mais escancarada na Roma antiga, por exemplo, com a lenda de Rômulo e Remo, a qual era utilizada para validar os valores e os sistemas políticos de Roma²⁷¹. A cultura, a sociedade, a própria *realidade* romana se fortalecia com base numa narrativa. O que se está propondo aqui é que a sociedade brasileira também sofre influências de narrativas históricas e culturais, no entanto nem todas elas são por intermédio de lendas sobre jovens criados por uma loba, ou deuses fundadores de grandes cidades. Tais narrativas podem se encontrar em coisas muito menos “divinas” e grandiosas. Podem, na verdade, estar presentes na

²⁷¹ ADAMIDIS, Dimitri. **The Romulus and Remus Myth as a source of Insight into Greek and Roman Values.** 2016. Disponível em: <<http://digitalrepository.trincoll.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1553&context=theses>>.

simples maneira como uma sociedade lidou com sua transição democrática. A narrativa quanto à fundação da democracia pode dizer muito sobre por que determinados comportamentos dentro do sistema político brasileiro podem ser não apenas tolerados, mas encorajados.

É relevante, portanto, analisar o processo de transição sobre a perspectiva da construção de uma identidade nacional, uma vez que a construção da memória, ou mesmo a tentativa de trazer um *sentido* para essa memória, envolveria, em tese, a criação de uma narrativa que seria repassada a toda uma comunidade nacional. Ou seja, o processo de *construção da memória*, seria também um processo de *construção de narrativa*, que poderia ter consequências diretas no sentido de como uma população enxerga a si mesma e a seu governo. Essa análise é relevante quando se observa estudos focados no funcionamento do pensamento nacional, especialmente quando se observa a afinidade que o nacionalismo partilha com o imaginário religioso, com ambas as formas de pensamento se baseando em noções de *continuidade*, de *significado*, na tentativa de fornecer um sentido para a morte, a desgraça e o sofrimento de um povo, porém mais do que isso, fornecem uma negação da ideia de *finalidade*²⁷².

À medida que a religião perdeu seu espaço basilar da sociedade ocidental, e com ela suas garantias de *paraíso* e *salvação*, foi deixado em seu lugar um fatalismo arbitrário e uma ausência de sentido, e, assim, com isso em mente faz bastante sentido argumentar que o vácuo deixado por essa instituição foi substituído pela ideia de estado-nação²⁷³ que prega uma outra forma de eternidade, assimilando a continuidade do país com a continuidade dos que dela fazem parte, não se inferindo com isso que se tratou de um processo consciente, ou que havia a intenção de dar essa razão de ser ao estado, se defende apenas é que o nacionalismo poderia ser melhor compreendido quando analisado em conjunto com os sistemas culturais que o precederam²⁷⁴.

Uma das forças motrizes que sustentam a identidade nacional é exatamente a construção da memória, podendo ser observado esse como um

²⁷² ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflection on the Origin and Spread of Nationalism*. London/UK: Verso, Ed. 2. 2006. p. 9 – 10.

²⁷³ Id., *ibidem*. p. 11 – 12.

²⁷⁴ Id., *ibidem*.

fator determinante, analisando o fato do nacionalismo ter começado a tomar força não em antigos impérios, mas sim dentro do “Novo Mundo”²⁷⁵, ou seja, dentro das colônias, especialmente daquelas construídas nas Américas, exatamente por serem lugares onde havia surgido a carência de uma identidade nacional, pela distância que o europeu se encontrava em relação à sua pátria, situação essa que motivou a nomeação de várias cidades fundadas nas colônias com títulos que remetem à memória das terras que se encontravam do outro lado do oceano, como “Nova York”, por exemplo²⁷⁶.

Outro evento determinante foi a independência dessas colônias de seus antigos mestres europeus, como, p. ex., por meio da declaração de independência das 13 colônias britânicas, de 1776, bem como a bem-sucedida defesa dessa declaração por meio de conflitos armados nos anos seguintes²⁷⁷.

No entanto, o verdadeiro divisor de águas foi que desse conflito resultou a fundação de uma *república*, algo visto na época como absolutamente improcedente, mas que não demorou muito para ser aceito, tanto é que, p. ex., após ter sucesso em sua própria empreitada pela independência, os revolucionários venezuelanos adotaram esse mesmo sistema para sua recém-oficializada nação, ou seja, os fundadores da primeira república venezuelana entenderam que o sistema político escolhido pelos “pais fundadores” dos Estados Unidos não criaram algo de utilidade exclusiva para os americanos, mas sim um valor verdadeiro e universal²⁷⁸.

Esses eventos no “Novo Mundo” tiveram paralelos logo depois na Europa em 1789, com a revolução francesa²⁷⁹. A revolução mostrou uma radical transformação não apenas no construto político no qual esses povos estava inseridos, como também na própria maneira como essas sociedades enxergavam a si mesmas e ao mundo ao seu redor, um poderoso senso de algo “novo”, de “rompimento com o passado” surgiu, chegando ao ponto em que, na França, em outubro de 1793, foi feita uma alteração nos calendários franceses, substituindo como um novo “ano zero” a proclamação da república

²⁷⁵ ANDERSON, 2006.p. 190 – 191.

²⁷⁶ Id., *ibidem*.

²⁷⁷ Id., *ibidem*. p. 192.

²⁷⁸ Id., *ibidem*.

²⁷⁹ Id., *ibidem*.

em 22 de setembro de 1793²⁸⁰. O entusiasmo gerado por esse discurso quanto a “nova era” também serviu de inspiração para a revolução mexicana de 1813, bem como os decretos do Peru de 1821 que propunham um futuro em que não haveria distinção entre nativos indígenas com o restante da população, que seriam todos reconhecidos como peruanos²⁸¹.

Esse novo *status quo*, no entanto, já encontrou seus limites cedo²⁸². Eventos como a alta produção de relógios na Inglaterra, a publicação de jornais crescendo em grandes volumes naquele período, a criação da primeira cadeira de estudos de história na universidade de Berlim, todos esses eventos apontavam para uma tendência do mundo ocidental de desenvolver uma visão *serial* quanto à causalidade social, ou seja, focado em uma proposta de causa e consequência no que diz respeito ao desenvolvimento e construção da sociedade²⁸³.

Esse enfoque nos precedentes e modelos históricos se tornou norma, levando a proposta francesa de um novo “Ano Um” para sua história ter sido abandonada, esse enfoque na *continuidade temporal* levou diversos movimentos nacionalistas da “segunda geração”, ou seja, os que se desenvolveram na Europa entre os anos de 1815 e 1850, a reanalisar o enfoque de suas ideologias²⁸⁴. Uma vez que se entendeu impossível recapturar aquele mesmo impulso revolucionário que motivou seus antecessores, um novo enfoque teve de ser buscado, foi o que levou esses grupos acadêmicos, por uma variedade de motivos e interesses, a propor noções de genealogia nacionalista, como uma expressão de uma tradição histórica de continuidade²⁸⁵. Essa proposta foi muito bem-sucedida, resultando em vários grupos pregando um “despertar” da importância de seu passado e na busca de sua “glória perdida”²⁸⁶.

O resultado da criação dessa narrativa de valorização do passado foi sentido nos estudos da história, ou mais especificamente no uso da história

²⁸⁰ ANDERSON, 2006. p. 193.

²⁸¹ Id., *ibidem*.

²⁸² Id., *ibidem*. p. 194 – 195.

²⁸³ Id., *ibidem*.

²⁸⁴ Id., *ibidem*.

²⁸⁵ Id., *ibidem*.

²⁸⁶ Id., *ibidem*. p. 194 – 195.

que fosse vantajoso para se alcançar um determinado fim²⁸⁷. A forma como esse processo ocorreu, foi por meio da chamada “memória” dos mortos, ou seja, na criação de uma narrativa na qual é reforçada a relevância dos que morreram séculos atrás, descrevendo como o sacrifício desses indivíduos foi responsável para fornecer uma base para a nação contemporânea, mesmo que essas mortes não tenham sido entendidas dessa forma por suas vítimas²⁸⁸. Ou seja, o historiador, nesse contexto, não apenas estaria declarando falar em nome de um enorme número de pessoas que faleceram décadas, senão séculos antes de seu tempo, como também seria capaz de pontuar o que eles realmente queriam e o que qual foi o sentido dos seus “sacrifícios”²⁸⁹.

Ou seja, o silêncio dos mortos, que sequer teriam de enxergar algum “significado” em seus percimentos, já não era mais um obstáculo para a exumação de seus supostos desejos²⁹⁰. Com isso, muitos nacionalistas de segunda geração passaram a falar “pelos” mortos, mesmo aqueles que não partilhavam de sua língua ou até mesmo de sua cultura²⁹¹.

Esse processo de “necromancia histórica” foi especialmente popular no sul das Américas, resultando em situações curiosas como, por exemplo, mexicanos se comunicando, em espanhol, em nome de índios pré-colombianos cuja linguagem não entendiam e da cultura não partilhavam²⁹². Percebe-se aqui uma curiosa relação entre o “nacionalismo” e a “memória”, no qual se encontra uma tendência de movimentos nacionais em querer ao mesmo tempo “relembrar” os grandes massacres e sacrifícios históricos, ao mesmo tempo, “esquecer” quanto a determinados aspectos desses eventos. Por exemplo, dentro da cultura pedagógica americana, os conflitos ocorridos entre 1861 a 1865, são lembrados como uma grande “guerra civil” entre “irmãos”, ao invés de, como foi observado segundo relatos de pessoas que viveram aquele breve período, como um grande confronto entre dois estados-nações²⁹³. No entanto, seria justo imaginar que, caso os confederados tivessem sido bem-sucedidos em manter sua independência, a memória desse evento teria sido construída

²⁸⁷ ANDERSON, 2006. p. 197 – 198.

²⁸⁸ Id., *ibidem*.

²⁸⁹ Id., *ibidem*.

²⁹⁰ Id., *ibidem*.

²⁹¹ Id., *ibidem*. p. 197 – 198.

²⁹² Id., *ibidem*. p. 198 – 199.

²⁹³ Id., *ibidem*. p. 198 – 199.

de uma forma muito diferente, dando menos ênfase no lado “fraternal” desses embates²⁹⁴.

Esse mesmo processo ocorreu com os historiadores franceses, ao se referir a eventos como “les massacres du Midi au XIIIe siecle”, não como um conflito ocorrido entre albigenses, que falavam línguas como o catalão, e exércitos originado de diferentes regiões do oeste da Europa, mas sim como uma batalha entre “irmãos franceses”, criando, especialmente dentro do sistema educacional do país, a memória de uma “história familiar” que procura gerar um sentimento de fraternidade nacional²⁹⁵. Foi por esse motivo que historiadores que tentam reafirmar essa identidade nacionalista teriam em seu discurso uma aparente contradição entre “recordar” e “esquecer”, haveria essa obrigação do cidadão nacional em “esquecer” um certo evento para depois ser “lembrado” de sua importância, no enorme significado que esse evento teve para ele e para seus antepassados, ou melhor, a importância que a memória *construída* desse evento teria para o nacional e seus antepassados²⁹⁶.

Com esse processo, vai se criando uma memória nacional baseada no que seria pertinente ser considerado como *identidade nacional*, por exemplo, na década de 1930 pessoas de diferentes origens nacionais foram lutar na península ibérica pois viram naquela região um local onde forças históricas e causas globais estavam em jogo²⁹⁷. Foi nesse período que a ditadura de Francisco Franco construiu o “Valle de los Caidos” reduzindo o sentido daquele conflito a um exemplo do combate contra os ideais do ateísmo e do bolchevismo²⁹⁸, no entanto, nas margens do estado, já começava a emergir a memória de uma “guerra civil espanhola”, que ganhou o status de versão “oficial” depois da morte do tirano e da transição para um regime democrático²⁹⁹. Um excelente exemplo desse processo de “recordar e esquecer” o passado seria a forma como os EUA construíram sua narrativa histórica, que se estendeu para além da análise histórica para a literária³⁰⁰. Autores como Mark Twain são um exemplo interessante desse processo de

²⁹⁴ ANDERSON, 2006. p. 198 – 199.

²⁹⁵ Id., ibidem.

²⁹⁶ Id., ibidem.

²⁹⁷ Id., ibidem.

²⁹⁸ Id., ibidem.

²⁹⁹ Id., ibidem. p. 200 - 202.

³⁰⁰ Id., ibidem.

criação narrativa, criando a imagem dos “irmãos” americanos, o negro Jim e o pequeno menino branco Huckleberry Finn navegando juntos pelo Mississippi³⁰¹. Outro exemplo desse processo nos EUA foi a construção da amizade entre o americano branco Ishmael e o nativo Queequeeg descrito por Herman Melville em seu clássico “Moby Dick”³⁰². Esses imaginários de fraternidade surgindo “naturalmente” dentro de uma sociedade fraturada por conflitos raciais, de classe e por antagonismos regionais representam uma nova forma de consciência, uma que representava o nacionalismo como outra maneira de compreender sua própria realidade³⁰³.

O que se defende, portanto, é que o pensamento e a memória nacionalistas são uma construção, uma narrativa, o processo de construção e criação de uma identidade, o que permite entender a tradição como uma estratégia de construção discursiva³⁰⁴. Essa análise se torna particularmente relevante quando se tenta trazer os conceitos apresentados até o momento quanto a “memória” e “nacionalismo” para o cenário brasileiro, considerando as peculiaridades que o país tem na construção da sua história e da sua memória.

No entanto é necessário ter em mente que a história brasileira tem suas particularidades e que por mais bem estruturadas e relevantes para o presente estudo que sejam as teorias propostas por autores como Benedict Anderson ou Homi Bhabha quanto ao tema de nacionalismo e construção da memória nacional, é relevante focar em forma como essas teorias podem ser compreendidas dentro do cenário nacional. Com essa noção em mente, é relevante analisar de forma similar ao que ocorreu no norte do continente americano³⁰⁵.

A literatura brasileira também teve um papel fundamental na construção de uma memória nacional, autores como José de Alencar incluíram em suas obras o desenvolvimento dessa tradição inventada, realçando em sua obra traços indianistas, exaltando um passado lendário, idealizando a natureza, o sertanismo, o regionalismo, a descrição dos costumes urbanos e a língua

³⁰¹ ANDERSON, 2006. p. 200 – 202.

³⁰² Id., ibidem. p. 203.

³⁰³ Id., ibidem.

³⁰⁴ **VIEIRA**, Nanci Rita Ferreira; **NEIVA**, Luciano Santos. **Representações nacionalistas na formação histórico-literária brasileira**, 2014. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesei/files/2015/05/art-5-IPOTESI_18_1.pdf>. p. 64. Acesso em: 24/01/2018.

³⁰⁵ Id., ibidem.

portuguesa abasileirada, gerando assim uma espécie de painel da vida brasileira, motivado por uma enorme paixão patriótica³⁰⁶.

A literatura termina por fornecer um conteúdo de legitimidade histórica para a intervenção portuguesa dentro da história brasileira, fornecendo assim uma narrativa de continuidade histórica e validação da colonização por meio de uma ênfase nos sacrifícios dos viajantes portugueses, ao viajarem para as terras da América Latina, com o fim de “civilizar” suas colônias³⁰⁷. Com isso se desenvolve tanto uma tradição que busca alcançar uma presunção de coesão social de um determinado agrupamento social ou comunidade, legitimando as figuras públicas e/ou instituições, justificando, com isso, seu status social e econômico e impondo determinadas ideias e padrões de comportamento³⁰⁸. Percebe-se, por meio desse exemplo, o papel que a tradição cultural portuguesa teve na construção da identidade nacional brasileira, nesse sentido, a manutenção do *status quo* está diretamente relacionada a essa herança³⁰⁹.

É possível entender esse fenômeno dentro de um processo de criação de uma narrativa nacional, no caso, os mortos seriam tanto os nativos brasileiros quanto os próprios colonizadores, identificando essas diferentes sociedades que ocuparam o mesmo espaço geográfico como simplesmente “nacionais”³¹⁰. Ou seja, nesse processo, as tragédias pessoais, história e morte de um vasto volume de anônimos passariam a ser compreendido como “dos próprios nacionais”, assim, a população se torna capaz de identificar as tragédias desses mortos como a deles próprios, para que assim essas narrativas de morte de sofrimento alcancem o resultado desejado e constituam uma identidade nacional³¹¹. Com isso, a construção de tradições dentro do cenário brasileiro tem como objetivo a criação de uma memória bastante específica quanto ao que foi a colonização, bem como o significado que essa memória teve para a população nativa brasileira³¹².

A visão específica que se buscou reforçar foi a popularização, especialmente dentro dos movimentos nacionalistas do século XIX, quanto à

³⁰⁶ VIEIRA, 2014.

³⁰⁷ Id., ibidem.

³⁰⁸ Id., ibidem.

³⁰⁹ Id., ibidem.

³¹⁰ ANDERSON, 2006. p. 204 - 206

³¹¹ Id., ibidem.

³¹² Id., ibidem.

condição do indígena como “primitivo” diante da “civilidade” do homem branco, tomando a cultura, língua e modelo social do colonizador como um ideal a ser alcançado pelos povos nativos³¹³.

De fato, o século XIX é um ótimo exemplo quanto à construção de uma identidade nacional brasileira, na época fortemente baseada em ideais burguesas de “ordem e progresso”³¹⁴. Nesse cenário, o projeto de construção de uma nação surgiu tendo em mente uma visão bastante específica, dando legitimidade ao processo de miscigenação enquanto um elemento cultural que conformava a população, bem como legitimar a nação que emergiu de um cenário de dominação portuguesa³¹⁵. Nesse sentido, movimentos como os focados na literatura tentavam reforçar essas noções, fornecendo um sentido de continuidade a imposição cultural feita às tribos brasileiras pelos colonizadores europeus, passando a noção de que suas legislações, costumes e formas de enxergar a humanidade seriam naturalmente superiores aos dos indígenas, se tratando, portanto, de um processo que foi, em última análise, benéfico para os nativos³¹⁶. Os projetos de construção de uma nação, somados aos sonhos de prosperidade nacional, auxiliaram nesse processo de criação de uma “história oficial”, incentivando a escrita de romances que corroboravam com os objetivos da nação e, mais tarde, da república, resultando na construção de narrativas, nas ficções fundantes do Brasil³¹⁷.

Portanto, a construção de narrativas é um processo histórico extremamente relevante, pois fornece uma base moral, política e cultural de enorme influência dentro de uma sociedade. É essencial ter em mente que grupos políticos tem total consciência disso, de modo que a construção de narrativas particulares é um processo bastante comum para diversos partidos e indivíduos que buscam ocupar uma posição de poder dentro de uma comunidade.

Um exemplo desse processo é o culto à personalidade desenvolvido por diversos governantes em regimes autoritários. A ditadura militar não foi uma exceção a essa regra, tendo havido diversas tentativas dos generais que

³¹³ ANDERSON, 2006. p. 65.

³¹⁴ Id., *ibidem*. p. 66.

³¹⁵ Id., *ibidem*.

³¹⁶ Id., *ibidem*.

³¹⁷ Id., *ibidem*.

governaram o país durante o período de se utilizar dos meios de comunicação para criar uma imagem populista de si próprios e do regime ditatorial que implantaram. Esse processo é somado ao contexto em que ocorreu a transição no Brasil, resultando em um cenário em que as narrativas históricas criadas depois do regime militar oportunizaram uma validação não apenas daquele modelo de governo, como também do uso dos seus métodos dentro de um cenário contemporâneo.

O modo como a mídia lida com a narrativa construída pelos militares também contribui para a manutenção de uma visão benevolente da ditadura. Um exemplo desse processo pode ser percebido na forma como foi tratado o falecimento do senador Romeu Tuma, um dos principais responsáveis pela repressão política em São Paulo³¹⁸. O senador morreu sem que suas atividades passadas, que resultaram em diversos casos de tortura, despertassem o menor interesse da grande mídia, recebendo inclusive alguns elogios póstumos da imprensa, esta sequer interessada em investigar algumas das denúncias que foram apontadas contra ele depois da sua morte³¹⁹. Esse episódio é um exemplo relevante da forma como a memória do regime militar é tratada por uma boa parte da imprensa, que procurou justificar diversos atos de tortura e brutalidade cometidos no período como sendo consequências das ações de grupos de resistência, carecendo de tentativas de compreender o contexto histórico da época³²⁰.

A noção de que estado violento poderia provocar uma resposta, uma resistência, que também se utilizasse de métodos violentos se perde na forma como a mídia apura os fatos, criando uma tendência em formar um quadro bastante limitado do que teria acontecido durante a ditadura, condenando um dos lados dos embates ocorridos na época, enquanto mantém limpa a imagem dos que participaram do outro, e por esse “outro”, se entenda exatamente aqueles que estavam no poder e que tinham autoridade e “legitimidade” para executar atos de violência e violações a direitos humanos³²¹. O autor Moreira Leite desenvolveu essa ideia em seu, *Quem fez o que na ditadura militar*, no qual observou a abertura de informações quanto aos crimes cometidos por

³¹⁸ NASCIMENTO, 2011.

³¹⁹ Id., *ibidem*.

³²⁰ Id., *ibidem*.

³²¹ Id., *ibidem*.

membros de grupos armados, percebendo que não só esses atos estariam sendo observados fora do seu contexto político, como também ainda existiria uma falta gigantesca de informação quanto a quem dentro de regime militar teria sido responsável direto por atos como tortura e execuções³²².

O que se chama a atenção, portanto, é que a memória nacional quanto ao regime militar também é uma construção, na qual a recordação que o Brasil tem desse período de sua história se encontra incompleta, revelando um lado da discussão, ao mesmo tempo que oculta outro³²³.

O que Leite estaria pleiteando, dentro desse cenário, seria pela “reparação da verdade”, em relação à narrativa do esquecimento que teria sido implementada no Brasil durante a transição³²⁴. Nesse sentido, é relevante pontuar os estudos de Huyssen, que chama a atenção para uma separação entre o “passado mítico” e o “passado real”, sendo que o “mítico” se refere exatamente ao ato de romantizar e divinizar o passado, o que pode resultar em engendrar fortes efeitos sobre a realidade³²⁵.

Com isso, seria possível admitir que reconstrução histórica seria uma “obra da imaginação”, um processo no qual o passado, através da memória, ganharia novos sentidos³²⁶. No que se observa determinados eventos históricos serem ressignificados com ideias e imagens contemporâneas, se percebe que a forma como se escolhe “lembrar” do passado tem uma enorme influência no significado que uma população o fornece³²⁷. Nesse sentido, vale mencionar o que foi apontado por Ana Paula Goulart Ribeiro, que esclareceu que lembranças não são silenciadas, elas são apagadas, sendo por meio da sua destruição, seja transformando-as profundamente³²⁸. Nesse processo, mentiras e invenções substituem a realidade dos acontecimentos³²⁹. Sob essa perspectiva, por mais que eventos recentes como a abertura dos arquivos quanto à ditadura militar possam revelar o que teria ocorrido naquele período, a

³²² NASCIMENTO, 2011.

³²³ Id., *ibidem*.

³²⁴ Id., *ibidem*.

³²⁵ Id., *ibidem*.

³²⁶ Id., *ibidem*.

³²⁷ Id., *ibidem*.

³²⁸ Id., *ibidem*.

³²⁹ Id., *ibidem*.

força das narrativas construídas durante o regime não irá deixar de ser sentidas tão cedo³³⁰.

³³⁰ NASCIMENTO, 2011.

3.2 – DOS EFEITOS DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS DENTRO DO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO

Diante do cenário exposto até o momento, resta esclarecido a proposta da presente dissertação: a democracia brasileira sofre as influências da ditadura militar. Tais influências seriam resultantes das narrativas quanto ao regime ditatorial que prevaleceram durante o processo de transição democrática. Essas narrativas permitiriam que a tolerância, a reprodução e a manutenção de ações autoritárias do estado sejam frequentes dentro do cenário político brasileiro.

Todas essas análises apontam que a questão das narrativas ditatoriais seriam um problema estrutural dentro da democracia brasileira, no entanto é interessante reforçar quais seriam as suas consequências. Eventos tais como a “batalha do centro cívico” podem ser utilizados para demonstrar como os abusos de autoridade cometidos pelo poder público podem ser traduzidos em atos de violência contra os próprios cidadãos, contra a própria sociedade democrática, mas o que isso significa em termos estruturais?

Talvez a possibilidade mais extrema, sendo o pesadelo particular de muitos cidadãos e grupos que protestem contra os atos autoritários cometidos pelo estado, seja que eventualmente o autoritarismo dos governantes brasileiros, somado ao apoio popular que o governo militar recebe no Brasil contemporâneo (resultante em grande parte da supracitada construção narrativa quanto ao período de 1964 a 1985), possam resultar no reestabelecimento de uma ditadura militar. Ou pelo menos uma ditadura civil que tenha suas raízes no projeto de repressão militar. No entanto, essa possibilidade, não obstante dramática, engloba apenas uma parcela dessa problematização.

Embora existam grupos simpáticos ao reestabelecimento da ditadura militar, muitos deles dentro das próprias forças armadas³³¹, existem diversos argumentos que reforçam que essa possibilidade, anda que não possa ser

³³¹ **EDITOR. General admite que militares podem voltar ao poder "se as ruas pedirem", 2016.** Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/12/general-militares-podem-voltar-ao-poder.html>>.

completamente descartada, o sistema político brasileiro já tomou diversas medidas no sentido dificultar um possível retorno ao poder dos militares.

Além dos pontos já mencionados anteriormente no decorrer dessa dissertação, também é relevante ter em mente que houve outros enfraquecimentos institucionais que limitaram o poder político da classe militar, como foi o caso da criação do ministério da defesa durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio da Lei Complementar n. 97, de 9 de junho de 1999³³². Foi por meio dessa lei que tanto os ministros militares, quanto o estado-maior das forças armadas foram completamente extintos, tendo sido substituído pelo estado-maior de defesa³³³.

Além disso, no texto da política de defesa nacional (PDN), foi anunciado pela primeira vez na história militar brasileira que se tornariam públicas as diretrizes da política de defesa do país³³⁴. Apesar de ter permanecido a crítica de que esse documento (o texto da PDN) foi um produto exclusivo de reflexões militares, sem a participação do congresso nacional, ainda se tratou de um ato relevante no sentido de quebrar muitas das raízes de poder que os militares tinham no estado brasileiro³³⁵.

Não se pretende com isso afirmar que não existem riscos de uma nova tentativa de renascer um governo ditatorial dentro do Brasil. Se existe algo que a história brasileira parece sempre provar, é a possibilidade para o autoritarismo retornar como sistema dominante na realidade brasileira.

No entanto, é relevante ter em mente que no momento que se admite a força das narrativas que se aglomeraram quanto ao regime militar após a transição dentro de uma sociedade democrática, isso significa que essas “narrativas autoritárias” não estariam simplesmente se acumulando dentro de um *status quo* democrático, lentamente se fortalecendo até o ponto em que entraria em ponto de ebulição, mas estaria constantemente atuando dentro da democracia brasileira. Não se trata de uma força esquecida que aos poucos parece estar prestes a retornar como Sauron em “O Senhor dos Anéis”, mas sim uma presença que influencia diretamente as práticas da democracia brasileira. A proposta, portanto, não é quanto a pensar maneira de superar as

³³² MARTINS FILHO, 2000.

³³³ Id., *ibidem*.

³³⁴ Id., *ibidem*.

³³⁵ Id., *ibidem*.

narrativas autoritárias presentes no Brasil antes que elas ocasionem o colapso da ordem democrática, mas sim pensar criticamente quanto aos efeitos que essas narrativas possuem na forma como a democracia é praticada no Brasil e está sendo praticada desde sua refundação no contexto pós-ditatorial.

Diante dessa perspectiva, as ações autoritárias de um governo democrático podem ser interpretadas como um processo no qual a democracia não estaria sob a ameaça de se converter em um sistema autoritário. Mas já se trataria de regime político autoritário, o qual reprimiria as demandas do povo, usando como base, ironicamente, a manutenção do próprio sistema democrático. Sob essa perspectiva, as crises democráticas podem ser vistas como efeito de um confronto entre o regime democrático e a sociedade democrática que o regime, teoricamente representa³³⁶.

Essa noção é interessante quando se tem em mente que a democracia existe precisamente como o sistema que impede ao político alcançar o poder supremo e ilimitado, uma vez que esse é o sistema que admite o governo dos que não podem governar e o daqueles que não podem ser governados³³⁷. O que se quer dizer com isso?

Significa que esse é o sistema que admite todos os membros da sociedade como sendo iguais, não havendo, portanto, nenhuma condição que torna determinada pessoa mais ou menos digna de se governar ou de ser governado³³⁸. Ou seja, haveria dentro da narrativa democrática uma visão que tira motivações específicas para dar a um indivíduo o direito de impor sua vontade perante o restante da sociedade.

De certo modo, essa visão serve como uma perfeita antítese do discurso ditatorial, uma vez que quebra o culto à personalidade e a adoração ao líder. Todos podem ser aqueles dignos de sentar-se em um trono no centro do mundo, por que ninguém é — a falta de fundamento para o poder se torna um fundamento em si mesmo³³⁹.

³³⁶ RANCIÈRE, Jacques. **O Ódio à Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 9 - 10.

³³⁷ Id., ibidem, p. 64 - 65.

³³⁸ Id., ibidem.

³³⁹ Id., ibidem.

No entanto, o interesse maior do poder é o poder em si mesmo, conforme Orwell já teria alertado³⁴⁰. No caso do governo democrático, esse interesse se reflete nas tentativas de afastar o povo do poder, de gerar uma narrativa na qual o poder poderia ser compreendido como algo separado do restante da população, resultando no soberano tendo força ilimitada³⁴¹.

Esse é um cenário que torna particularmente compreensivo a visão de autores, como Giorgio Agamben que entende que o “estado de exceção” proposto por Carl Schmitt como sendo o verdadeiro *status quo*, no qual as leis e a política existem apenas enquanto a exceção ainda não se fez presente³⁴². A presença de uma exceção serviria exatamente para garantir a manutenção do poder.

Dessa mesma natureza são as tentativas de incorporar dentro do discurso democrático noções como “família” e “religião”, ou até mesmo a inclusão de características religiosas, como a fé, dentro do discurso político: fé na nação, fé no mercado (no caso, a crença que o sacrifício de interesses e direitos para o benefício do mercado seria a longo prazo compensador para os indivíduos e para a coletividade)³⁴³.

Trata-se de um meio de conseguir fornecer uma legitimidade para a política democrática que difere completamente daquela que realmente têm, a já mencionada fundamentação em sua falta de fundamentação³⁴⁴. Esse processo também é a construção de uma narrativa, e torna as crises internas da democracia não uma batalha por sua relevância e manutenção, mas uma tentativa de alterar sua função e significado. Não existe motivos para reestruturar o governo e destruir o *status quo* vigente quando a elite política já pode conseguir todas os benefícios e vantagens que desejam e ainda dizer que estão preservando a ordem democrática.

Essas são análises que se tornam extremamente pertinentes quando se refere a países europeus e da América do Norte, sobretudo aos EUA e ao Canadá, e prosseguem sendo dentro do território brasileiro. Mas o Brasil ainda

³⁴⁰ “Rather, insofar as Inner Party members are concerned with the perpetuation of the Party’s rule, the only allowable loyalty is the loyalty to power itself.”. Fonte: 1984: Book 2, Chapter 9 Summary.

³⁴¹ RANCIÈRE, 2014, p. 99.

³⁴² **AGAMBEN**, Giorgio. **Homo Sacer**. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, Ed. 2. 2007. p. 26.

³⁴³ RANCIÈRE, 2014, p. 100.

³⁴⁴ Id., *ibidem*.

tem mais um agravante. Além da existência dessa tensão entre o “regime democrático” e a “sociedade democrática”, ainda haveria a presença das já supracitadas narrativas autoritárias que se encontram presentes dentro da democracia brasileira. Admitindo que existem influências do passado autoritário do Brasil, características que tornam atos de abuso de autoridade, bem como o uso da força do estado no sentido de reprimir manifestações de demandas e ideologias que sejam contrárias aos interesses do *governo* democrático, essas tendências teriam um efeito significativo no que diz respeito a essa relação potencialmente tóxica entre o sistema político chamado “democracia” e as pessoas que ele deveria, em teoria, representar.

Questões quanto às influências do discurso autoritário da ditadura militar dentro da democracia brasileira são analisadas desde os princípios da democracia. Um dos responsáveis por analisar a questão da democracia brasileira foi o sociólogo Simon Schwartzman em seu livro “As Bases do Autoritarismo Brasileiro”, que foi inicialmente publicado na década de 1970

Nessa obra, o autor compreende que o processo de redemocratização seria apenas um dos passos a serem tomados no sentido de garantir a democracia plena no Brasil. Schwartzman entende que a democracia brasileira teria de romper com a tendência de favorecer os interesses limitados de certos grupos sociais e econômicos e que essa seria a única forma de tornar o sistema político brasileiro realmente capaz de estipular objetivos globais a longo prazo³⁴⁵.

Ainda analisando a obra de Schwartzman, ele pontua que, por meio de uma análise histórica, seria possível determinar que as elites regionais estariam mais preocupadas em garantir suas posições de poder e prestígio do que com a representação dos seus interesses dentro do meio político e nacional³⁴⁶. Ainda, tentativas de autonomia local acabariam sendo esmagadas pelas elites locais com o apoio do governo local³⁴⁷

Essa visão quanto à relação dos discursos da ditadura dentro da democracia brasileira permite observar a “batalha do centro cívico” por uma perspectiva bastante única. Afinal, trata-se de uma medida de repressão que

³⁴⁵ SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Ed. 5. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2015. p. 256.

³⁴⁶ Id., *ibidem*, p. 252.

³⁴⁷ Id., *ibidem*.

ocorreu sendo utilizadas as estruturas do estado suposto democrático. Como já foi citado, a reação antagônica entre o governo do Paraná e os manifestantes já teria começado antes do confronto propriamente dito.

As tensões já se haviam iniciado em 10 de fevereiro, com mais de vinte mil servidores se reunindo em manifestações em frente à assembleia legislativa do Paraná, tendo ocupado o plenário, impedindo a aprovação do “pacotão” no rito sumário³⁴⁸. Os deputados haviam tentado, na época, realizar a sessão no restaurante da assembleia legislativa, ato que foi incrivelmente ridicularizado, tendo forçado os deputados a aprovar a retirada do projeto³⁴⁹.

Houve uma greve de 29 dias antes do confronto, que teria apenas se encerrado com um acordo com o governo do Paraná, no qual deveria ser, entre outras coisas, descartado o fundo previdenciário³⁵⁰.

Contudo, o acordo foi rompido pelo governo do Paraná, que, por meio da reforma previdenciária, iria oportunizar ao estado paranaense que conseguisse obter os recursos do Paraná Previdência, por meio da transferência de 33 mil servidores que se aposentaram antes que o fundo previdenciário (Paraná Previdência) fosse constituído, exonerando essas aposentadorias pagas pelo caixa do governo, resultando em um prejuízo de 143 milhões por mês ao fundo previdenciário³⁵¹.

Essa proposta teria sido o estopim para o novo confronto entre os servidores e o governo do Paraná, com a assembleia legislativa aprovando um regime de urgência para tramitar a proposta, assim teria sido montado o que foi chamado de “a maior operação policial da história do Paraná”, resultando em uma concentração tão grande de policiais militares na mesma área do centro cívico, na capital paranaense, que o interior do Paraná permaneceu completamente desprotegido pela força policial³⁵².

O resultado das tensões já foi descrito anteriormente, portanto não existe motivo para prosseguir, mas é importante ter em mente que todo o conflito resultou na aprovação do projeto, bem como na absolvição do governador Beto

³⁴⁸ **CALIL**, Gilberto. **Paraná: genealogia de um massacre**. 2015. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Parana-genealogia-de-um-massacre-/2/33411>. Acesso em: 07/02/2018.

³⁴⁹ Id., *ibidem*.

³⁵⁰ Id., *ibidem*.

³⁵¹ Id., *ibidem*.

³⁵² Id., *ibidem*.

Richa, pelo menos até o momento dessa presente dissertação. É possível observar que, mesmo ignorando a discussão quanto à legalidade dos atos realizados pelo governador do Paraná e pela força policial sob seu comando, havia uma intenção de usar os aparelhos repressivos do estado para impor uma vontade perante a sociedade democrática. O governo tinha uma intenção que era contrária a da sociedade democrática e, diante da resposta negativa dos cidadãos, o estado impôs sua força para garantir seus objetivos.

Esse molde parece quase um exemplo didático daquilo que Rancière definia como as tendências do conflito de interesses entre a sociedade democrática e o regime democrático. Nesse sentido, vale a pena citar as palavras do próprio autor:

A nova partilha dos poderes entre capitalismo internacional e Estados nacionais tende bem mais para o fortalecimento dos Estados do que para seu enfraquecimento. Os mesmos Estados que abdicam de seus privilégios diante da exigência da livre circulação dos capitais imediatamente os recuperam para fechar suas fronteiras à livre circulação dos pobres do planeta em busca de trabalho. E a guerra declarada ao “Estado-providência” revela a mesma ambivalência. Ela é declarada comodamente como o fim de uma situação de assistência e a volta da responsabilidade dos indivíduos e das iniciativas da sociedade civil³⁵³.

Rancière demonstra que uma boa parte dos interesses do estado democrático é tecida em torno da perspectiva de separar a si mesmo daquilo que, em teoria, seria a fonte do seu poder, que a busca principal das democracias contemporâneas seria pela independência do governo em relação à sociedade, na qual o governo acharia novos meios de poder para se sustentar, perdendo os limites que a ordem tradicional democrática impõe ao poder.

Ainda, importa considerar que Rancière chega a pontuar que toda a relação do estado com o poder privado não seria uma ameaça à hegemonia do poder público, mas seria, na verdade, um meio de garantir que os governantes possam deixar de ter qualquer dever de servitude, teórica ou prática, com a legitimidade popular ou nacional³⁵⁴.

Os ataques políticos e repressivos do governo aos professores que ocorreram durante o conflito no centro cívico e até mesmo antes de 29 de abril

³⁵³ RANCIÈRE, 2014. p. 105.

³⁵⁴ Id., *ibidem*. p. 104.

nos eventos que aumentaram as tensões entre os servidores e o estado do Paraná, refletem um desinteresse dos que estão no comando do regime democrático em igualar seus objetivos com os da comunidade.

Esses fatores seriam agravados dentro de um contexto em que narrativas de tolerância a ações autoritárias e violentas por parte do estado começaram a ser reproduzidas praticamente aos mesmos passos em que o processo de abertura democrática ocorreu no Brasil.

Pondo esses fatores em perspectiva, é possível compreender que o processo de tensão entre o governo do Paraná e os manifestantes em 29 de abril de 2015 resultou de uma demonstração de poder e autoridade por parte da elite, no poder, resultando de uma alienação entre o governo e sua população.

É interessante notar, como já havia sido analisado no primeiro capítulo da presente dissertação, que essa relação de tensão entre quem detém o poder político e o restante da população já é deveras familiar na história brasileira.

É bastante semelhante à relação entre os governantes militares e o povo brasileiro durante do regime militar. Esse isolamento dos detentores do poder estatal com sua população foi uma característica da ditadura que parece ter se conservado em muitos setores da vida pública durante a abertura democrática, tendo se expressado de maneira brutal durante a “batalha do centro cívico”.

Observando as narrativas autoritárias como tendo uma influência contundente dentro do estado democrático de direito fundado após o fim do controle militar, consequentes tanto do processo de anistia que garantiu a impunidade, o anonimato, a reputação e (em muitos casos) o **cargo** de diversos responsáveis, indireta e diretamente, por torturas, assassinatos e outras violações a direitos humanos, bem como essa crescente tensão entre o governo democrático de direito e a sociedade por ele representada, é possível perceber que o estabelecimento democrático no Brasil pode ser apropriadamente definido como um “projeto em andamento”, onde a mera presunção de direitos e garantias inscritas na Constituição de 1988 não corresponde à realidade política do país.

O cenário descrito no presente trabalho demonstra uma necessidade de reanalisar continuamente a forma como as narrativas e memórias quanto à ditadura militar são construídas dentro da sociedade contemporânea um

processo de enorme pertinência. Reconstruir as narrativas ditatoriais deixadas após a transição, no entanto, não é o único fator a ser considerado.

A estrutura democrática do Brasil tem fortes raízes no processo de transição, e diversos dos seus galhos carregam dentro de si essa aparentemente inevitável tensão entre o poder do governo e a sociedade brasileira como um todo.

Portanto a questão quanto à relação da democracia brasileira com a ditadura militar, e seu passado de ufanismo, tortura, assassinatos e brutalidades só poderá ser resolvida quando a relação da sociedade democrática com seus governantes for reavaliada, quando for possível por meios que vão desde a manifestação pública, até tentativas de maior participação popular dentro do meio político.

Em teoria essas poderiam ser estratégias contundentes para de fato reanalisar e ressignificar o projeto democrático no Brasil. No entanto, trata-se apenas parte de um longo e tortuoso projeto de mudança. Como Schwartzman teria admitido na introdução de seu livro “Bases do autoritarismo brasileiro”:

Qual a possibilidade de essas transformações ocorram? É difícil dizer, mas as condições para sua ocorrência são bastante claras: é necessário que duas transformações se processem. O Estado necessita de novos, ativos e vigorosos interlocutores na sociedade para que possa efetivamente se modernizar e conduzir o país com plenitude; e a sociedade necessita de um Estado eficiente, capaz de desenvolver uma política social de interesse comum a longo prazo.³⁵⁵

Enquanto não for admitida a relevância desse processo, bem como a incompletude do processo democrático, eventos como “a batalha do centro cívico”, em Curitiba, serão apenas sintomas de um problema estrutural mais amplo e grave.

E a violência demonstrada pelo estado do Paraná naquele evento será apenas um dos muitos exemplos nos quais o autoritarismo presente nas entrelinhas da democracia brasileira passa para a superfície.

Por esse motivo, talvez, a memória do próprio confronto também mereça ser mantida, afinal, é exatamente o ato de esquecer os abusos do passado que permitiu que o autoritarismo dentro do regime democrático permanecesse

³⁵⁵ SCHWARTZMAN, 2015. p. 42.

presente. O esquecimento não é capaz de superar o passado, ele apenas o mantém mais vivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As artes são narrativas. Por meio da expressão artística é possível tanto reforçar o discurso hegemônico de uma sociedade quanto questioná-lo. Tem-se como revelar a beleza escancarada na experiência humana (porém facilmente ignorada pelo cinismo e pela sociedade globalizada) por meio de um livro, uma pintura ou um filme. Mas também existe a possibilidade de revelar o lado mais oculto de uma comunidade por meio da arte, confrontar o indivíduo com questionamentos quanto a suas certezas e revelar um lado realmente perturbador de uma sociedade ou da condição humana. Um dos temas que mais se repetem em diversas obras, no entanto, seria a relação tóxica do ser humano com o passado. É possível perceber esse tema se repetir em diversas obras, estando presente na relação do príncipe Hamlet com o Espectro de seu pai até a crítica à nostalgia inserida dentro do jogo MOTER 3. Nessa abordagem, uma das imagens mais perturbadoras do passado, retornando como um espectro, é a imagem do gato caolho do conto “O Gato Preto”, de Edgar Allan Poe.

No enredo do conto, o narrador descreve como teria enforcado seu animal preferido, um gato preto chamado “Pluto”, por um misto de raiva, remorso e perversidade que se abateram sobre o personagem depois de ter furado o olho do animal em um surto de raiva. A forma como o personagem escolheu lidar com o eterno lembrete da sua violência contra um animal que amava profundamente foi o destruir, para não ter que conviver com a repulsa que o gato passou a demonstrar a seu dono. No entanto, pouco depois, o personagem encontra em uma taverna um gato similar, com um olho faltando e pelugem completamente preta, a não ser por uma marca branca em seu peito. O homem adota o gato, mas a presença do animal começou a perturbar o personagem cada vez com mais intensidade, especialmente depois que descobriu que a mancha branca em seu peito parecia ter a forma de uma forca, uma sinistra lembrança do seu passado. Eventualmente o medo e ódio que sente pelo gato levou o personagem a tentar assassinar o animal, no que sua esposa tentou impedir o ataque, por isso ela foi morta, a machadadas, pelo marido.

O conto já foi analisado de várias maneiras por diversos autores e crítico literários com o passar dos anos, no entanto, para os fins desse trabalho, é curioso analisar como ele reflete um dos aspectos mais perturbadores do passado. O mero ato de tentar apagá-lo apenas o torna mais poderoso. O personagem tentou fugir da culpa por ter furado o olho do seu gato, bem como por enfocá-lo, ele tentou se afastar de seus erros, apagando a própria existência de Pluto. No entanto, o ato de tentar destruir seu passado não enfraqueceu sua memória, pelo contrário, a memória voltou para assombrá-lo com ainda mais força na forma de um gato com a marca de uma força manchada em seu peito. A memória se tornou mais poderosa na medida que se tentou fugir dela.

Uma coisa que parece proeminente em toda a análise realizada na presente dissertação é o poder da memória, da sua influência na forma como um indivíduo, ou mesmo uma sociedade, concebe a si mesmo, bem como que tipo de valores seriam reforçados por esse passado, ou melhor, na forma como esse passado é lembrado. Tentou-se apagar o passado durante o processo de transição, o resultado, ao invés de gerar um “novo começo” para a democracia brasileira, foi a criação de um novo *gato preto* que ronda a política e a cultura brasileira desde a abertura democrática. Em seu peito, ao invés de uma força, estão marcadas políticas autoritárias, abusos do poder estatal, tolerância à tortura, políticas conservadoras, dentre diversos outros comportamentos que persistem dentro de uma sociedade democrática.

Eventos como a precitada “batalha do centro cívico” são um lembrete que a presença desse *gato preto* ainda é viva e forte dentro da Brasil contemporâneo. Essa presença dentro de um cenário democrático em que as tensões entre o governo e sua população já estariam garantidas, com ou sem essa carga do passado, apresentam um cenário que demanda um contínuo processo de reavaliação não apenas da narrativa que foi construída em torno na ditadura, mas também da narrativa construída em torno da democracia. A reavaliação do que significa a democracia na contemporaneidade é fundamental, dentro do contexto de tensão entre o estado e o povo que já seria *esperado* no âmbito de uma democracia, segundo Rancière. Seria possível afirmar que a soma desses fatores poderia apenas agravar-se, uma vez que o problema não seria simplesmente a presença dessas narrativas autoritárias,

desse gato preto, mas sim que esse próprio contexto democrático nasceu dentro dos moldes e interesses do governo autoritário que o antecedeu. Dessa forma, uma saída para apagar a presença desse fantasma seria por meio de um processo, sim, lento e gradual, mas que não de modo algum seguro.

O importante, portanto, seria manter a análise e a discussão quanto a esse passado autoritário, bem como suas influências, bastante vivos, pois as tentativas de enterrá-lo só iria ajudar aumentar suas influências. Da mesma forma como o *gato preto*, a tentativa de anular sua presença apenas faria com que ele retorne, cada vez mais forte e dominante. Se os contos de Poe revelam uma sombra presente nas entrelinhas da mente humana, “a batalha do centro cívico” teria revelado a presença dessa sombra dentro das entrelinhas da sociedade. Para que a presença desse “gato preto” perca sua força dentro da sociedade, de nada vai adiantar enforca-lo ou o enterrá-lo, mas seria preciso deixá-lo à vista, compreendê-lo, estudá-lo e desconstruí-lo, até que seja possível encará-lo sem temor ou receio, sem ser intimidado por sua aparente força, até que se revele de apenas um gato machucado, cambaleando nas entrelinhas da história em busca de uma relevância há muito tempo perdida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 — **ACUÑA**, Carlos H.; **SMULOVITZ**, Catalina. **O Ajuste das Forças Armadas à Democracia: Sucessos, Fracassos e Ambiguidades no Cone Sul**. In: JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (ORGS.) *Construindo a Democracia: Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade na América Latina*. São Paulo/SP: Edusp – Editora Universidade de São Paulo, Ed. 1, 2006.

2 — **ADAMIDIS**, Dimitri. **The Romulus and Remus Myth as a source of Insight into Greek and Roman Values**. 2016. Disponível em: <<http://digitalrepository.trincoll.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1553&context=theses>>.

3 — **AGAMBEN**, Giorgio. **Homo Sacer**. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, Ed. 2. 2007.

4 — **ALBUQUERQUE**, Filipe. **Professores obtêm vitória em mais de 30 ações contra o PR por Batalha do Centro Cívico**. 2015 Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/professores-obtem-vitoria-em-mais-de-30-aco-es-contra-o-pr-por-batalha-do-centro-civico-2a21w06ld9nmqpf5354fz8nd>>.

5 — **ALMEIDA**. Dinorah Lopes Rubim. **A repressão política praticada no interior das universidades durante o governo Geisel (1974-1979) e a resistência estudantil**. Disponível em: <[http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502734469_ARQUIVO_A_NPUH2017-Artigo\(DinorahRubim\).pdf](http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502734469_ARQUIVO_A_NPUH2017-Artigo(DinorahRubim).pdf)>.

6 — **ALTHUSSER**, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Portugal/Lisboa: Editorial Presença, 1980.

7 — **ANDERSON**, Benedict. **Imagined Communities: Reflection on the Origin and Spread of Nationalism**. London/UK: Verso, Ed. 2. 2006.

8 — **ANÍBAL**, Felipe. **Justiça absolve Richa e culpa manifestantes pela Batalha do Centro Cívico**, 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/justica-absolve-richa-e-culpa-manifestantes-pela-batalha-do-centro-civico-cyw27helqw5kge64t338fjdfb#ancora-1>>.

<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://multimidia.gazetadopovo.com.br/painel/./media/docs/1502818425_sentenca-29-de-abril-richa.pdf?1516389419>.

9 — ARAUJO, Patricia. Massacre do dia 29 de abril será lembrado por fortes atos no Paraná. Disponível em: <<http://cpers.com.br/massacre-do-dia-29-de-abril-sera-lembrado-por-fortes-atos-no-parana/>>.

10 — AZEVEDO, Francielly. 29 de abril: “Batalha do Centro Cívico” completa dois anos. 2017. Disponível em: <<http://paranaportal.uol.com.br/cidades/29-de-abril-dois-anos/>>.

11 — BARAN, Katna. Caminhada lembra os 4 meses da Batalha do Centro Cívico. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/caminhada-lembra-os-4-meses-da-batalha-do-centro-civico-d93o2mozkr89ovcrd4q8iedrv>>.

12 — BERCOVICI, Gilberto. “O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece”: a persistência da estrutura administrativa de 1967. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.) O que resta da ditadura: a exceção brasileira. Ed. 1. São Paulo/SP: Boitempo, Ed. 1. 2010.

13 — BOTH, Laura Jane Garbini Ribeiro. A Polícia no cotidiano escolar: um estudo a partir da patrulha escolar do Paraná. Curitiba/PR, 2012.

14 — CALIL, Gilberto. Paraná: genealogia de um massacre. 2015. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Parana-genealogia-de-um-massacre-/2/33411>.

15 — CARAZZAI, Estelita Hass; COISSI, Juliana. Confronto entre PM e manifestantes deixa ao menos 170 feridos no Paraná. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1622662-pm-do-parana-usa-balas-de-borracha-e-gas-contra-invasao-de-assembleia.shtml>>.

16 — CARTA, Gianni. Regime, ditadura, ou ditadura militar? 2012. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/regime-ditadura-ou-ditadura-militar>>.

17 — CASTELO BRANCO, Pedro H. Villas Bôas. Liberalismo político no pensamento de Carl Schmitt: amigo ou inimigo?, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a13v2059.pdf>>.

18 — Comissão Nacional da Verdade. Biografias da resistência. Vladimir Herzog. Disponível em: < <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/vladimir-herzog/index.html>>.

19 — DE TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O Golpe contra as reformas e a democracia. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002>.

20 — DEL ROIO, Marcos. Prefácio. In: PINHEIRO, Milton (Org.) Ditadura: O que resta da transição. São Paulo: Boitempo, Ed. 1. 2014.

21 — DOS SANTOS JUNIOR, Luiz Guilherme. Os Estados Unidos e o Golpe militar de 64 no Brasil pela ótica do documentário *O dia que durou 21 anos*, 2015. Disponível em: <https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/3612/991/1159.pdf>.

22 — EDITOR. General admite que militares podem voltar ao poder "se as ruas pedirem", 2016. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/12/general-militares-podem-voltar-ao-poder.html>>.

23 — G1 PR. Professores do Paraná se reúnem para lembrar 30 de agosto de 1988. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/professores-do-parana-se-reunem-para-lembrar-30-de-agosto-de-1988.ghtml>>.

24 — G1 PR. Repórter cinematográfico é atacado por cão da PM durante protesto. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/04/reporter-cinematografico-e-atacado-por-cao-da-pm-durante-protesto.html>>.

25 — GASPARI, Elio. A Ditadura Encurralada. São Paulo/SP: Companhia das Letras, Ed. 1. 2004.

26 - GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000100003>.

27 — **GUIMARÃES**, Ligia. **Questão foi alvo de intenso debate acadêmico nos anos 70**. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4368570/questao-foi-alvo-de-intenso-debate-academico-nos-anos-70>>.

28 — **HALL**, Stuart: “**Codificar/decodificar**”: Culture, Media, Language. Working Papers in Cultural Studies, 1996.

29 — **HD** — **Íntegra do Paraná TV 2ª Edição - 29/04/2015**. <<https://www.youtube.com/watch?v=nul-38RDCLI>>.

30 — **KOZICKI**, Katya; **LORENZETTO**, Bruno Meneses. **Entre o passado e o futuro: a não acabada transição no Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/arquivosUpload/1237064671442008211.pdf>>.

31 — **LEVI**, Lucio. **Regime Político**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**, Vol. 2. Brasília: Editora UNB, Ed. 13. 2010.

32 — **LORENZETTO**, Bruno Meneses; **KOZICKI**, Katia. A Desconstrução e as Políticas de Amizade. In: Revista da Faculdade de Direito – UFPR. Curitiba/PR: UFPR, 2012, n° 5 **MOUFFE**, Chantal. **What is Agonistic Politics?**. In: **Agonistics: Thinking the World Politically**. Ed. Kindle. Verso, 2013.

33 — **MARQUES**, Rafael da Silva. **Os aparelhos ideológicos do Estado: Breves Considerações sobre a obra de Louis Althusser**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/50661160/OS-APARELHOS-IDEOLOGICOS-DE-ESTADO>>.

34 — **MÉNDEZ**, Juan E. **Responsabilización por los abusos del pasado**. In: REÁTEGUI, Felix (Org.) **Justicia Transicional: Manual para a América Latina**. Comicion de Anistia del Ministerio de Brasil, Ed. 1. 2011.

35 — **MONTEIRO**, Tiago. **Ditadura ou regime?** 2016. Disponível em: <<http://historiadaditadura.com.br/destaque/ditadura-ou-regime/>>.

36 — **MOUFFE**, Chantal. **Pensando a democracia com, e contra, Carl Schmitt**, Tradução de **NETO**, Menelick de Carvalho. 1992. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/02/teoria.pdf>.

37 — NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo/SP: Editora Contexto, Ed. 1. 2014.

38 — NASCIMENTO, Amanda Caroliny Alves; OLIVEIRA, Karolyne Thracy de Souza, etc. A ditadura militar e a censura no jornal impresso. 9º Encontro Nacional de História da Mídia UFOP, 2014.

39 — NASCIMENTO, Layse Pereira Soares do. A imprensa e a construção da memória: ditadura militar de 1964, fragmentos e razões do silêncio. VII Encontro Nacional da História da Mídia – Unicentro, Guarapuava-PR, 2011. Disponível em:
<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwiHxc3kjq3VAhXLHpAKHUcRBWAQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ufrgs.br%2Falcar%2Fencontros-nacionais-1%2F8o-encontro-2011-1%2Fartigos%2FA%2520imprensa%2520e%2520a%2520construcao%2520da%2520memoria%2520ditadura%2520militar%2520de%25201964-%2520fragmentos%2520e%2520razoes%2520do%2520silenci.pdf%2Fat_download%2Ffile&usq=AFQjCNEZEe5x0cf_5v9Tbb9wXrO4IZ6C_g>.

40 — PEREIRA, Luis Fernando Lopes. O Retorno da Narrativa e do Acontecimento: O 29/04 sob o olhar da historiografia. In: **ALLAN, Nasser Ahmed; PEREIRA, Luis Fernando Lopes. 29 de Abril: Repressão e Resistência.** Bauru/SP: Canal 6 Editora, Ed. 1. 2016.

41 — RANCIÈRE, Jacques. O Ódio à Democracia. São Paulo: Boitempo, 2014.

42 — RIBEIRO, Diego; GIMENES, Erick. Justiça inocenta Beto Richa, Francischini e outros 4 por ação policial do '29 de abril', 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/justica-inocenta-beto-richa-francischini-e-outros-4-por-acao-policial-do-29-de-abril.ghtml>>.

43 — SÁ, Priscilla Placha. Massacre de 29 de abril de 2015: Exceção no Estado do Paraná ou Paraná como estado de Exceção?, 2015. Disponível em: < <http://emporiadodireito.com.br/massacre-de-29-de-abril-de-2015-excecao-no-estado-do-parana-ou-parana-como-estado-de-excecao-por-priscilla-placha-sa/>>.

44 — SCHIER, Paulo Ricardo. A constitucionalização do direito no contexto da Constituição de 1988. In: CLÈVE, Clémerson Merlin (ORG). Direito constitucional brasileiro – teoria da constituição e direitos fundamentais. Revista dos Tribunais: São Paulo, Volume 1, 2014.

45 — **SCHMITT**, Carl. **The Concept of the Political**: Expanded Edition. Ed. Kindle. The University of Chicago Press, 2007.

46 — **SCHWARTZMAN**, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Ed. 5. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2015.

47 — **STOPPINO**, Mario. **Ditadura**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**, Vol. 1. Brasília/DF: Editora UNB, Ed. 13. 2010.

48 — **TEZINI**. Juliana Caetano Vaccari. **O Movimento Estudantil em 1977 e a atuação política da revista Veja**. In: Revista Tempos Históricos, Volume 10, 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/1231>>.

49 — **VETTORAZZO**, Lucas; **BOLDRINI**, Angela; et alli. **Protesto em Brasília termina com 49 feridos, 8 detidos e Exército nas ruas**. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1887139-protesto-em-brasilia-termina-com-49-feridos-7-detidos-e-exercito-nas-ruas.shtml>>.

50 — **VIEIRA**, Nanci Rita Ferreira; **NEIVA**, Luciano Santos. **Representações nacionalistas na formação histórico-literária brasileira**, 2014. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesei/files/2015/05/art-5-IPOTESI_18_1.pdf>.

51 — **VIOLIN**, Tarso Cabral. **O Massacre do Centro Cívico de Curitiba em 29 de abril de 2015** – Um ano depois, uma análise a partir do direito administrativo. In: **ALLAN**, Nasser Ahmed; **PEREIRA**, Luis Fernando Lopes. **29 de Abril: Repressão e Resistência**. Ed. 1. Bauru/SP: Canal 6 Editora, 2016.

52 — **ZYL**, Paul van. **Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflitos**. In: Revista Anistia: política e justiça de transição. Brasília: Ministério da Justiça, n° 1, 2009, p. 47-71.